

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MOEDA SOCIAL: UMA PERSPECTIVA MARXISTA

Rebeca Regina Regatieri

Orientadora: Profa. Dra. Leda Paulani

Códigos Jel: B5, P0 e P1

SÃO PAULO
– NOVEMBRO DE 2010 –

Prof. Dr. Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Denisard Cneio de Oliveira Alves
Chefe do Departamento de Economia

REBECA REGINA REGATIERI

**MOEDA SOCIAL:
UMA PERSPECTIVA MARXISTA**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

**SÃO PAULO
2010**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que sempre me incentivaram e me apoiaram muito, mesmo em meio a muitas dificuldades. E, que tanto amor e suporte me deram até hoje. Agradeço também a minha avó e a toda a minha família.

Agradeço ao amor, companheirismo e compreensão de Rodrigo, muito presente nos últimos três anos da minha vida.

Agradeço aos professores da FEA-USP que contribuíram sobremaneira com a minha formação enquanto sujeito histórico, em especial, Leda Paulani, Eleutério Prado, Flávio Saes, Dante Aldrighi, Iram Rodrigues, Jorge Soromenho, José Eli da Veiga, Luciana Lopes, Marcos Eugênio e Ricardo Abramovay.

Agradeço à Leda Paulani pela dedicação com que leciona e orienta seus alunos, uma professora muito presente na vida acadêmica. Agradeço também pela oportunidade de colocar uma cadeira para mim ao seu lado nos momentos de correção da monografia.

Agradeço também ao Prof. Reinaldo Pacheco, coordenador da ITCP-USP, pelo ânimo que nos contamina.

Agradeço à existência do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, às amizades construídas e aos momentos interdisciplinares vividos lá.

Agradeço à ITCP-USP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo) pela possibilidade de vivenciar experiências concretas que se propunham fazer a conexão entre a academia e a realidade de periferias de São Paulo, colocando diversos conflitos entre o mundo das ideias e o mundo prático, choques de realidade e contradições que nos despertam para a maturidade.

Agradeço ao Banco Palmas e seus trabalhadores, em especial ao Joaquim, a Jaqueline, ao Isimário, a Tânia, aos seus familiares que me deram estadia ao longo de um mês, tornando possível o intercâmbio que realizei lá.

Agradeço às comunidades dos bancos comunitários de São Paulo, em especial, a comunidade do Jardim Maria Sampaio e aos trabalhadores do Banco Comunitário União Sampaio.

Agradeço aos meus amigos de classe, turma do noturno de 2005, que nos primeiros anos de graduação tanto me incentivaram a continuar o curso de Economia na FEA.

Agradeço aos amigos que colaboraram com este trabalho, dando uma injeção de ânimo na fase pós-ANPEC: Bruno, Thiago, Souza, Flavinha, Dora, Nico, entre outros. Ao Bruno agradeço também aos almoços e outros momentos em que travamos um bate-papo sobre a teoria do dinheiro em Marx. Ao Thiago agradeço também as leituras e apontamentos feitos às redações iniciais deste trabalho.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram com o presente trabalho.

“A realidade considerada *parcialmente* reflete em sua própria unidade geral um pseudo mundo *à parte*, objeto de pura contemplação. A especialização das imagens do mundo acaba numa imagem autonomizada, onde o mentiroso mente a si próprio. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo.”

A sociedade do espetáculo, Guy Debord.

SUMÁRIO

A moeda social é uma moeda paralela à moeda oficial; circula em comunidades periféricas, por meio de clubes de trocas ou de bancos comunitários, sendo, em geral, lastreadas na moeda oficial. Tais moedas são difundidas pela economia solidária com uma proposta clara de radicalidade política que resulte na ruptura com as determinações do dinheiro, forma de manifestação absoluta do valor, e como um instrumento de desenvolvimento local. A crítica feita pela economia solidária ao dinheiro insere-se, em linhas gerais, na crítica ao modo de produção capitalista. O objetivo do presente trabalho é apresentar e analisar o uso das moedas sociais sob a ótica da teoria do dinheiro em Marx (1996), com a distinção entre moeda e dinheiro enfatizada por Paulani (1991). Trabalha-se com a seguinte questão: a moeda social pode ser considerada moeda ou dinheiro? Para tanto será realizada uma revisão teórica dos capítulos 1 e 3 de *O Capital* e uma revisão crítica da literatura que aborda a temática da moeda social e da concepção política que a enseja, sejam eles trabalhos acadêmicos ou cartilhas e reportagens difundidas pela economia solidária. Como na perspectiva teórica de Marx a ruptura com a forma dinheiro perpassa pela ruptura com a produção de mercadorias do modo de produção capitalista, que coloca a antítese entre valor de uso e valor, conclui-se que a moeda social pode ser considerada dinheiro, posto que ainda é a manifestação da referida antítese e, ainda que sua finalidade seja a circulação de mercadorias, intensificando-a em regiões periféricas, trata-se apenas de um momento necessário do movimento de valorização do valor. A lógica da moeda social está imbricada na lógica do dinheiro, até mesmo pela sua paridade com a moeda oficial.

MOEDA SOCIAL: UMA PERSPECTIVA MARXISTA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – O CONCEITO DE MOEDA E DE DINHEIRO EM MARX	17
1.1 A constituição do dinheiro	18
1.2 A moeda e o dinheiro	21
1.3 A terceira determinação do dinheiro e o capital financeiro	27
CAPÍTULO 2 – A MOEDA SOCIAL	30
2.1 Definição: o que é e como se usa.....	30
2.2 Diferentes visões sobre moeda social	36
2.2.1 A moeda social no contexto da teoria monetária de Marx	36
2.2.2 Uma visão institucionalista	38
2.2.3 Moeda social: uma alternativa à exclusão financeira.....	47
CAPÍTULO 3 – DAS ABORDAGENS DA MOEDA SOCIAL E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	52
3.1 A teoria de Singer da revolução social da economia solidária	53
3.2 Euclides Mance e o revolucionamento do consumo solidário.....	58
3.3 Marcos Arruda e a ênfase na moeda social para humanizar a economia.....	62
3.4 Coraggio e Gaiger - a contaminação das Economias do Capital e Pública pela Economia do Trabalho.....	66
CAPÍTULO 4 – EXPERIÊNCIAS RECENTES COM MOEDA SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE RELATO	70
4.1 O Clube de Trocas do Jardim Ângela	70
4.2 O pioneirismo do Banco Palmas.....	74
4.3 Os Bancos Comunitários no município de São Paulo	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81

BIBLIOGRAFIA	83
LISTA DE TABELAS	88
ANEXOS.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela I.....	88
---------------	----

INTRODUÇÃO

A presente monografia busca discutir teórica e praticamente a assim chamada “moeda social”, discussão que não pode ser dissociada, de um lado, da discussão teórica acerca do dinheiro propriamente dito e, de outro, daquilo que se conhece por “economia solidária”, cujas práticas a moeda social integra e sustenta.

O ponto de partida teórico aqui utilizado para analisar a moeda social é a concepção de dinheiro na teoria de Marx. As razões para isso se encontram em três fatores: i) na consideração de que o uso desta moeda é implementado, regra geral, por ações associadas à defesa e à prática da chamada *economia solidária*, cuja proposta central é fazer uma crítica ao capitalismo; ii) no fato de alguns dos autores que fundamentam a economia solidária se valerem do arcabouço marxista para construir o seu modelo teórico e projeto político; e iii) na defesa de que a teoria que consegue efetivamente delimitar o conceito de dinheiro é a teoria marxista (Paulani, 1991), pois outras teorias, muitas vezes, tratam das funções do dinheiro sem defini-lo, pois fixam o dinheiro enquanto objeto de estudo sem definir o que é ele efetivamente, ou quando o fazem, o fazem de forma contraditória.

A Economia Solidária, movimento político que visa revolucionar a sociedade partindo dos princípios cooperativos e associativos, está estruturada em dois campos do conhecimento, o teórico e o prático, representados, respectivamente, por um conjunto de autores dos quais se destacam Paul Singer, Marcos Arruda, Euclides Mance, Luiz Inácio Gaiger e José Luis Coraggio; e pelos diferentes segmentos de seu movimento social, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e demais fóruns estaduais, que se articulam com o Estado por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A apresentação desse movimento político será feita no segundo capítulo, com o intuito de expor as relações existentes entre Economia Solidária e moeda social, bem como os argumentos para o seu uso. A crítica ao capitalismo levantada pela Economia Solidária sustenta sua unidade com o marxismo, pois vale-se de conceitos/categorias marxistas em sua crítica à sociedade capitalista e para a sua proposição de um outro modo de produção, uma outra sociedade. Isso reforça a análise da moeda social sob a ótica da teoria marxista, uma vez que é este o arcabouço teórico que primeiro constrói

uma ciência negativa/crítica sobre o modo de produção capitalista, além de ser, ainda hoje, a fonte conceitual para a elaboração de modelos alternativos ou, de superação do capitalismo. Cabe aqui elucidar um pouco essa referida unidade.

A crítica ao capitalismo feita pelo Prof. Singer, um dos principais expoentes da Economia Solidária, é bastante forte em seu livro *Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo* (Singer, 1998). O livro discorre sobre o surgimento do capitalismo, as lutas dos trabalhadores pela melhoria das condições de vida e as possibilidades aventadas para a ruptura deste modo de produção, baseando-se em uma visão materialista da história (Vieira, 2005). A centralidade de sua crítica está na inequívoca exclusão social promovida por tal sistema, em que crescentes níveis de desemprego junto com o processo de precarização do trabalho corroboram com a estratificação social, inerente ao capitalismo. Houve uma tendência de atenuar esta exclusão com os "implantes socialistas", como a garantia de direitos sociais e a criação de unidades cooperativas.

Em *Introdução à Economia Solidária*, Singer apresenta a economia solidária em contraposição à capitalista. Contra a empresa capitalista tem-se a solidária, e em oposição ao modo de produção capitalista tem-se o modo de produção solidário, mas dentro de um projeto político de coexistência entre o modo capitalista e o solidário, para que, esta é a expectativa, após fortalecido, este possa superar aquele.

(...) O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. (...) O resultado natural é a competição e a desigualdade. A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (Singer, 2002, p.10).

Na passagem acima, tem-se uma ilustração do conceito marxista de modo de produção, que é um dos alicerces da teoria do Prof. Singer, o que será aprofundado no capítulo 2.¹

No campo prático, o movimento de Economia Solidária representado pelo FBES declara em sua carta de princípios² que "A Economia Solidária ressurge hoje

¹ Para uma crítica à utilização destes conceitos por Singer, ver Germer, 2006.

como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza."

Consta no mesmo documento os seguintes trechos:

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela "competitividade". Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez mais o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de "atrasadas" que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos. (...) A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios. (Carta de Princípio, III Plenária Nacional de Economia Solidária, 2003)

Assim, fica nítida a influência de Marx sobre a Economia Solidária no que se refere à exploração sofrida pelo trabalhador, colocando-o enquanto mercadoria a ser consumida para a extração da mais-valia, e as consequências disto para a vida social. Nas palavras de Singer, “a teorização sobre a economia solidária apresenta uma clara inspiração marxista” (França Filho, 2004, p.5).

A partir dessa crítica que está no seio do movimento da economia solidária, tem sido proposto e experimentado o uso de uma outra moeda paralela ao dinheiro oficial, em espaços chamados de mercados solidários, como os dos Clubes de Trocas e dos Bancos Comunitários, em que os participantes desses clubes ou os moradores dos territórios dos Bancos Comunitários usam essa moeda para adquirirem bens e serviços produzidos ou consumidos localmente. Existem alguns argumentos para o uso dessa moeda alternativa, do ponto de vista da crítica ao capitalismo. Um desses argumentos é que a moeda social supostamente “retiraria o caráter mercantil do dinheiro”, incorporando apenas o papel de funcionar como meio de troca (Páteo, 2008, p. 78).

² Documento tirado na III Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2003 em Brasília.

Pode-se então afirmar, com base em Paulani (1991) que, independentemente de seus adeptos terem tido ou não clareza acerca de suas proposições, o objetivo da moeda social está claro em sua própria denominação: para que possa ser considerada realmente alternativa, a moeda social deve ser de fato apenas *moeda*, isto é, meio circulante, e não dinheiro, objeto que em corpo e alma contém as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Logo, torna-se possível e necessário realizar um diálogo entre as teorias da economia solidária com suas abordagens da moeda social e a teoria do dinheiro de Marx. A pergunta que dá origem a esse trabalho é: o que vem a ser a moeda social do ponto de vista teórico e prático? É de fato apenas moeda, meio circulante? Consegue a economia solidária por meio dela romper com as contradições do capitalismo que estão vivas no dinheiro? A moeda social rompe efetivamente com o dinheiro? Ela consegue fechar-se na circulação simples de mercadorias, fazer com que a finalidade seja apenas o valor de uso, ser apenas mediadora da troca de produtos distintos do trabalho humano, sem recair na circulação de capital em que a finalidade é o próprio movimento de circulação de mercadorias?

Além disso, como dito, parte-se da concepção de que a teoria monetária que efetivamente conceitua o dinheiro é a teoria de Marx. As teorias clássicas e neoclássicas, de forma não proposital, negam pela lógica clássica a existência do dinheiro, uma vez que dividem a esfera econômica em dois lados: o real e o monetário. Nos moldes da lógica convencional tais teorias colocam o dinheiro num "mundo que não é mundo", nas palavras de Paulani (1991, p. 68). No que tange à teoria keynesiana, a crítica feita à teoria quantitativa da moeda ortodoxa permitiu um grande avanço na apreensão do dinheiro em sua função reserva de valor, na terminologia de Keynes, por incluir a propensão a entesourar, ou melhor, o “estado da preferência pela liquidez”, o qual deixa claro que as incertezas e o grau de desconfiança com relação ao futuro fazem com que os indivíduos entesourem dinheiro, que só será abdicado por um prêmio, a taxa de juros. O avanço se deve ao fato de Keynes demonstrar que a taxa de juros sofre alterações conforme mudanças ocorridas na preferência pela liquidez (a taxa de juros é um prêmio pelo não entesouramento e não um prêmio pelo não consumo), sendo determinada, portanto, no lado monetário da economia e não no lado real, como preconizado pela teoria convencional assentada na teoria quantitativa da moeda.

(Keynes, 1984, p. 173-174). Contudo, essa teoria continua focada nas relações estabelecidas entre o dinheiro e o que é externo a ele. Falta-lhe definir o que é o dinheiro enquanto tal, para além das funções que ele exerce.

Diante disso, o primeiro capítulo se propõe a fazer uma exposição da teoria do dinheiro de Marx. Na seção 1.1, o dinheiro é apresentado como constitutivo da própria ascensão e lógica do modo de produção capitalista, seguindo os caminhos mostrados por Marx que da forma simples de valor - em que o valor de uma mercadoria precisa do corpo de outra mercadoria para se expressar enquanto valor, deixando evidente que o conteúdo material é troca de mercadoria por mercadoria (M-M), troca entre produtos distintos do trabalho humano - chega-se à forma dinheiro, “figura alienada de todas as outras mercadorias ou o produto da sua alienação geral” (Marx, 1996, p. 233). Mostrar-se-á que, na visão de Marx, a constituição do dinheiro com todas as suas determinações é indiscernível do processo de produção e reprodução da vida material e social no capitalismo e que, portanto, para romper com a forma dinheiro é preciso romper com o conteúdo que está em seu bojo. Na seção 1.2, mostra-se que o dinheiro não é apenas uma máquina de fazer trocas, caracterização que cabe à moeda, mas não ao dinheiro.

Embora, a moeda já encarne a contradição constitutiva da mercadoria entre valor de uso e valor, para o movimento de valorização do valor, para a circulação de capital, faz-se necessário a posição da terceira determinação do dinheiro, sua posição enquanto meio de pagamento e tesouro. Por último, na seção 1.3, mostra-se que é dessa posição que surge o capital financeiro e todas as armadilhas que ele gera, com as inversões que o dinheiro assume, dando maiores margens para a idéia de resgatar a moeda, como acontece com a proposta da moeda social.

Feita a exposição teórica que fundamenta a análise do presente trabalho, parte-se no capítulo 2 para a exposição do conceito de moeda social, bem como das práticas inseridas na economia solidária à qual ela está vinculada. Para isso, a seção 2.1 apresenta uma demarcação conceitual de moeda social, apresentando seu uso em espaços diferentes como nos clubes de trocas e nos bancos comunitários, estratégias de economia solidária em que a finalidade é abrir espaço para a comercialização e o consumo de moradores de regiões pobres, por meio da construção de outros valores econômicos, sociais e culturais. Essa ideia tem muito a ver com a proposta de construção de um outro socialismo, um socialismo de mercado, segundo as palavras do

Prof. Singer em várias palestras e seminários. Na seção 2.2, são apresentadas três visões acerca da moeda social. A visão proposta aqui está melhor elucidada na seção 2.2.1, calcada na teoria monetária de Marx, em que moeda é mero meio circulante, enquanto que dinheiro seria, nas palavras de Paulani (1991), o espelho necessário para que a mercadoria se realize plenamente como mercadoria, “realizar seu valor, para realizar seu valor de uso” (op. cit, p. 137). Procura-se demonstrar, assim, que a moeda social não consegue, e não pode, pelas necessidades objetivas dos grupos que atuam no mundo da economia solidária e para repor as condições das suas estratégias, ser outra coisa que não dinheiro. A produção material da vida pela economia solidária ocupa um espaço marginal no todo da reprodução de seus sujeitos, ou seja, movimento de circulação de mercadorias, reforçado pela moeda social, precisa se submeter ao movimento de circulação de capital para dar continuidade ao processo de inserção de comunidades que estão na periferia do sistema capitalista.

Essa visão, de certa forma, é um contraponto à visão exposta por Soares (2006), que apresentamos na seção 2.2.2, em que ela vê na moeda social o resgate do papel da moeda nas formações socioeconômicas anteriores ao capitalismo³. Na seção 2.2.3 apresenta-se a visão de Menezes (2007), segundo a qual, a moeda social e a maior regionalização da política monetária, pode ser um instrumento de inclusão financeira e de desenvolvimento de economias periféricas. Argumenta-se aí que, em consonância com tal visão, os méritos das tentativas práticas de fazer funcionar a moeda social estão no campo das propostas de inclusão financeira e de se buscar o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida para as populações de bairros pobres.⁴.

No capítulo 3 busca-se apresentar e compreender as diferentes abordagens teóricas da economia solidária e suas conexões com a moeda social, isto é, o que se pretende é entender qual o papel dado à moeda no projeto político de construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo. São aí expostas as visões dos teóricos

³ Ora esse resgate está muito presente na ideia de socialismo de mercado que se insere nas propostas da economia solidária. Contudo, o desenvolvimento pleno dessa temática demandaria outra monografia, escapando, por isso do escopo do presente trabalho.

⁴ Vale pontuar de qualquer forma que isto não deixa de ser uma contradição em si, pois se busca incluir os excluídos e fazer avançar um sistema que tem na exclusão um dos elementos de sua reprodução social. Do ponto de vista político, a potencialidade não está na moeda social, mas no processo que os seus organizadores e participantes podem desenvolver de formação política e econômica de sujeitos mais críticos, trazendo à tona os movimentos contraditórios que estão no âmago de objetos como o dinheiro.

latino-americanos de maior alcance no movimento da economia solidária, já mencionados anteriormente.

No capítulo 4 são apresentadas algumas experiências com a moeda social já ocorridas em nosso país. O recorte utilizado são as experiências com as quais tive contato por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP).

Por último, vale a pena dizer que as questões que levaram ao desenvolvimento deste trabalho, nessa temática e sob essa ótica, são frutos do interesse e da reflexão pessoal de alguém que se engajou politicamente e trabalhou de 2007 a 2009 na implantação de bancos comunitários, defendendo o uso das moedas sociais como instrumento de desenvolvimento local e de transformação social, por intermédio da ITCP-USP. Alguém que ainda hoje apóia, de modo mais pontual e limitado, mas não menos intensamente, experiências como o Banco Palmas (Conjunto Palmeiras, Fortaleza - CE) e o Banco Comunitário União Sampaio (Jardim Maria Sampaio, São Paulo- SP), sendo que com esse último banco comunitário estive envolvida nos dois últimos anos, desde a sua elaboração até a busca pela sua consolidação.

Com isso, alguns dos argumentos que fundamentam as práticas da moeda social, como os que serão apresentados no capítulo 2, do ponto de vista de sua radicalidade em comparação ao dinheiro, foram por mim utilizados, que é o de ver na moeda social apenas a moeda e não o dinheiro, ou seja, supor que a moeda social possa promover apenas a circulação de mercadorias, em que a finalidade sai da circulação para atender necessidades humanas, e não para alimentar a circulação do capital. Se esse trabalho chega à conclusão diversa, que a moeda social não deixa de ser dinheiro, não conseguindo funcionar apenas como moeda, o papel da reflexão e das críticas aqui apontadas não é o de recriminar ou minar o debate sobre a importância das moedas sociais, mas, ao contrário, contribuir com ele, ainda que, tais conclusões, como aconteceu comigo, retirem, por alguns instantes, o chão sobre qual repousa os pés da militância.

CAPÍTULO 1 – O CONCEITO DE MOEDA E DE DINHEIRO EM MARX

O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante (Marx, 1996, p. 217).

Este capítulo apresenta uma resenha sobre a teoria do dinheiro em Marx, baseada fundamentalmente nos capítulos I e III de “O Capital”, Livro I, e em Paulani (1991), com o intuito de dar fundamentação à análise da moeda social na perspectiva da teoria monetária de Marx.

Na primeira seção tem-se a discussão da formação lógica do dinheiro a partir da mercadoria, enquanto resultado lógico necessário da circulação simples de mercadorias e da necessidade de materializar o valor da mercadoria para que os seus valores de uso sejam consumidos (antítese entre valor de uso e valor das mercadorias), indo da forma I, forma simples de valor, à forma IV, o dinheiro, além de refletir sobre a questão do fetiche da mercadoria e do dinheiro tal como indicado na epígrafe do presente capítulo.

Na segunda, mostra-se como, a partir da moeda, unidade de medida do valor e meio circulante - primeira e segunda determinações do dinheiro, chega-se ao dinheiro plenamente desenvolvido, com sua determinação de ser meio de pagamento, tesouro e dinheiro mundial. Mostra-se aí que é possível traçar o seguinte paralelo: a moeda, assim como o conceito de valor de uso, enquanto determinação abstrata, podem ser elementos de qualquer formação social, enquanto que o dinheiro na medida em que se constitui como determinação do modo de produção capitalista “é a matéria de uma forma” (Paulani, 1991, p. 137), qual seja da forma social capitalismo. Ver-se-á que a moeda está dentro do dinheiro, mas que o dinheiro vai (muito) além da moeda.

Por fim, na seção 1.3 mostra-se que é a posição da terceira determinação do dinheiro que dá origem ao capital financeiro e à etapa “financeirizada” do capitalismo moderno, em que no nível fenomênico vê-se a suposta desvinculação do dinheiro com o mundo da produção, por meio do comércio da mercadoria-dinheiro e da especulação que transitoriamente está desvinculada do mundo produtivo, da esfera da criação de valor. Isso promove a mutação da antítese entre valor de uso e valor da mercadoria para a antítese entre mediar ou ser a coisa mediada, de o dinheiro ser representante do valor

ou ser o valor por excelência. O porquê dessa seção reside no fato de com o dinheiro e sua terceira determinação a percepção de que ele deixou de mediar está posta e revela-se em sua contradição, principalmente nos momentos de crises, dando margem adicional para as tentativas de se recolocar o dinheiro como mediador, ou seja, para a ideia de resgatar no dinheiro a sua função de mediar, como propõe a economia solidária com a moeda social (vide seção 3.3).

1.1 A constituição do dinheiro

Conforme Marx (1996), o dinheiro - algo construído historicamente - é a forma que condensa as contradições características do modo de produção capitalista, cujo alicerce se assenta na produção de mercadorias por produtores privados, os quais estão inseridos em um emaranhado de relações sociais veladas pela aparência fenomênica das coisas.

O dinheiro é a "forma acabada do mundo das mercadorias", pois da forma simples de valor chega-se à forma geral de valor que, quando aceito socialmente como equivalente geral, torna-se dinheiro, a encarnação absoluta do valor das mercadorias, isto é, do tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção.

No capítulo I de *O Capital*, que trata da mercadoria - forma hegemônica assumida pelo produto do trabalho numa sociedade fundada na divisão social do trabalho que institui a realização autônoma e independente dos trabalhos privados, sendo a mercadoria marcada pela antítese entre valor de uso e valor, antítese que se efetiva na troca – fica demonstrada a passagem da forma simples de valor ao dinheiro. Passagem essa que vai ocultando o que está por trás da relação entre os produtos do trabalho humano. Aos homens parece que há uma relação entre coisas, entre mercadoria e dinheiro, e não uma relação social extremamente desenvolvida pelo grau de divisão social do trabalho a qual chegamos na sociedade capitalista. Vejamos abaixo como isso acontece.

Ao se equiparar tanto de uma determinada mercadoria com tanto de outra mercadoria, uma mercadoria toma a forma de equivalente, isto é, deixa de se apresentar como valor de uso para tornar-se o corpo em que se manifesta o valor da outra mercadoria. No exemplo dado por Marx, 20 varas de linho = 1 casaco, o valor das varas

de linho precisa do casaco para se apresentar enquanto valor, ou seja, mostrar que o trabalho específico que o gerou, um *trabalho concreto*, é constituído por uma substância comum a todas as mercadorias, o *trabalho humano abstrato*. Nesse exemplo, o casaco assume o papel de equivalente, a forma I em que se expressa o valor de uma mercadoria.

Se uma dada mercadoria pode se confrontar com outra, cujo corpo aparece como modo de expressão do valor dessa dada mercadoria, então, essa mercadoria pode se confrontar com todas as demais mercadorias. Desse modo, tem-se a “forma relativa de valor desdobrada”, na qual as mercadorias que exprimem o valor de uma mercadoria *x*, aparecendo como seu valor de troca, são equivalentes particulares do valor. Ao se inverter essa situação, fazendo com que todas as mercadorias possam ter seus valores definidos por uma única mercadoria que assume, agora, a posição de equivalente geral, chega-se à forma geral do valor, também denominada por Marx de forma III do valor que, quer por força do hábito e da conveniência ou por consentimento da sociedade, transforma-se em dinheiro, a forma IV do valor. "É exatamente essa forma acabada - a forma dinheiro - do mundo das mercadorias que objetivamente vela, em vez de revelar o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados" (Marx, 1996, p.201).

A importância da demonstração das categorias da forma-valor, desenvolvidas por Marx, está em destacar que da passagem da forma simples à forma dinheiro deixa de ser visível o que está evidente na primeira forma: a equivalência entre mercadorias com valores de uso diferentes é possível simplesmente porque os trabalhos humanos concretos - “dispêndio de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim” - que as produzem possuem uma substância comum, trabalho humano abstrato, expressão do oposto do trabalho concreto (*ibidem*, p. 174-175).

Por ser o dinheiro uma construção histórica específica da sociedade capitalista, como dito no início da presente seção, cabe aqui salientar que o esforço em mostrar a passagem necessária da troca simples de mercadorias à troca com o dinheiro deve-se ao fato de que para futuramente captarmos a moeda social na perspectiva marxista é preciso ter claro que a constituição do dinheiro enquanto tal tem uma relação íntima com a produção de mercadorias, que ele estabelece uma relação de mediação entre

mercadorias na circulação simples de mercadoria, M-D-M, ao mesmo tempo que, quando desenvolvido, deixa de apenas mediar a circulação de mercadorias para ser a coisa mediada na circulação de capital, D-M-D' (tal relação será desenvolvida na próxima seção). Segundo o próprio Marx, “a principal dificuldade na análise do dinheiro é superada logo que se compreende que sua origem é a própria mercadoria” (Marx *apud* Rosdolsky, 2001, p. 124).

Quando se diz que o dinheiro relaciona-se diretamente à produção de mercadorias o que se quer dizer é que o dinheiro está envolto em sua constituição pelo conflito entre o privado e o social na sociedade capitalista, pela forma como as relações de produção e de distribuição permitem a reprodução da vida material.

Um exemplo bastante interessante disso, e que nos interessa diretamente no presente trabalho, é o debate que Marx estabeleceu com os prodhonianos sobre o significado e a validade da teoria do dinheiro-trabalho, que propunha a criação de uma moeda que explicitasse horas de trabalho no intercâmbio de produtos do trabalho humano. Vejamos a resposta dada por Marx aos proudhonianos, de acordo com Roldolsky:

A ‘degradação do dinheiro e a apoteose da mercadoria’, defendidas por Proudhon e outros, se baseia em um ‘mal-entendido elementar sobre a conexão necessária entre mercadoria e dinheiro’. Não compreendem que toda circulação de mercadorias deve levar à formação de dinheiro, e que por isso, ‘enquanto o valor de troca for a forma social dos produtos, é impossível eliminar o dinheiro’ (Roldolsky, 2001, p. 101).

A resposta dada é clara: se o que se pretende é resgatar a circulação (simples) de mercadorias pautada na sua finalidade social de produzir valores de uso, não é preciso satanizar o dinheiro e querer substituí-lo por qualquer outra coisa que não tenha o nome de dinheiro, pois o momento de mediação na troca de mercadorias, que a faz circular do seu produtor para o consumidor, é apenas um momento da produção capitalista dentro do processo de valorização do valor, característico dessa sociedade

produtora de mercadorias. Para que essa outra coisa não seja dinheiro, outra forma de produção de bens que satisfaçam necessidades humanas por meio do trabalho humano diretamente social terá que ser implantada, uma forma que, assim como o capital, reponha as condições de sua própria existência.

1.2 A moeda e o dinheiro

Uma vez derivado o dinheiro da própria circulação simples de mercadorias é necessário fazer uma distinção conceitual entre moeda, ou meio circulante, e dinheiro. Essa distinção, de extrema importância para nós, será feita tomando por base Paulani (1991). A contraposição entre esses dois conceitos entra no cerne da questão levantada pelo presente trabalho, qual seja, se a moeda social deve ser considerada moeda ou dinheiro.⁵

As determinações mais elementares do dinheiro estão presentes na moeda, que a saber são: ser medida de valor e meio circulante entre diferentes produtos do trabalho humano. Permitir que produtos de qualidades distintas possam ser comparáveis quantitativamente e permutáveis não são características específicas do dinheiro, e sim da constituição da moeda. Desde há muito tempo a moeda é usada como unidade de conta e meio de circulação; afinal, segundo a Bíblia, Judas entregou Jesus por 30 moedas de pratas, como lembra Galbraith (1983) ao falar da história da moeda.

De maneira geral, o fato de a moeda ser medida do valor significa que ela permite que produtos de naturezas extremamente distintas, como feijão e ferro, por exemplo, transforme-se em algo de mesma substância, em unidades monetárias, isto é, ela faz com que coisas que, a princípio, não poderiam ser quantitativamente comparadas, passem a sê-lo. Evidentemente isto é algo pré-histórico, que sempre existiu quando trocas ocorreram em formações socioeconômicas anteriores.

A moeda, quando desempenha o papel de meio de troca, facilita a circulação de produtos por tornar desnecessária a dupla coincidência requerida pelo escambo, onde um tem que querer o que o outro quer e o outro tem que querer o que o um tem.

⁵ Paulani (1991) mostra que Marx, principalmente no capítulo 3 do livro I de “O Capital”, utiliza dois termos distintos para se referir a esse objeto: *Münze* quando se refere a moeda e *Geld* quando se refere a dinheiro.

Novamente, não há nada de surpreendente e isto também é anterior à produção de mercadorias.

O dinheiro, em seu começo, ainda não é; vale dizer, quando é posto como moeda, não é ele ainda dinheiro; de outro lado, contudo, na impossibilidade de sua colocação como moeda, não pode ele vir a ser dinheiro. A pressuposição existe aqui no sentido de que o dinheiro ainda não está posto, existem algumas de suas determinações (medida de valor, padrão dos preços, meio de troca), mas faltam-lhe, ainda, algumas e, mais importante não existe sua posição; ele está ainda em sua pré-história (...), é forma da mercadoria, e forma que se esvai, para que a mercadoria se ponha, para que tenha ela realidade efetiva. (Paulani, 1991, p. 159)

Todavia, é este papel da moeda que permite que se produzam mercadorias para venda, objetivando a posterior compra de outra mercadoria (ou a produção de mais mercadoria), o que se manifesta e se reproduz numa sequência contínua do movimento M-D-M. O produtor privado, inicialmente, vende com a finalidade de comprar. Desse modo, o produtor nega o valor de uso do produto do seu trabalho. Se M-D-M significa a alienação do valor de uso de uma mercadoria em prol de seu valor, para a posterior aquisição de um valor de uso desejado, "todo o processo somente media a troca de seu produto de trabalho por produto do trabalho alheio, o intercâmbio de produtos" (Marx, 1996, p.229).

Assim, começa o dinheiro, ainda que na figura da moeda pela circulação de mercadorias, a encarnar as contradições da mercadoria, e, as suas próprias contradições de mercadoria-dinheiro. A contradição da mercadoria se põe na circulação simples de mercadorias: a venda é motivada pelo valor da mercadoria, rejeitando seu valor de uso; e a compra segue o caminho inverso. Mostra-se ao vendedor como a forma de negar o valor de uso de seu próprio trabalho, trocando-o pelo valor de um signo que lhe confere a portabilidade do valor do trabalho humano indistinto, não sendo isto consciente para o referido sujeito.

Em Marx, tem-se:

Em sua figura de valor, a mercadoria desfaz-se de qualquer vestígio de seu valor de uso natural e do trabalho útil particular ao qual deve sua origem, para se metamorfosear na materialização social uniforme de trabalho humano indistinto. Não se reconhece, portanto, no dinheiro, a espécie da mercadoria nele transformada (ibidem, p.232).

Continua Paulani:

O dinheiro é assim, primeiramente, a solução da contradição entre valor de uso e valor imanente à mercadoria. A mercadoria só consegue realizar cada um de seus dois pólos por intermédio de outra mercadoria, mediada, pois, por outra. Toda mercadoria precisa, portanto, de um espelho para se realizar plenamente como mercadoria (realizar seu valor, para poder realizar seu valor de uso) (Paulani, 1991, p.137).

Da oposição acima deriva a relação dialética entre mercadoria e dinheiro, sendo que "a mercadoria só é mercadoria porque não é dinheiro" e o dinheiro é mercadoria, inclusive "é o gênero das mercadorias". Uma relação simultaneamente de identidade e de oposição entre dinheiro e mercadoria, que faz do dinheiro "um objeto contraditório" (*ibidem*, p. 138). O dinheiro não é uma mercadoria, posto que na circulação ele congrega todas as mercadorias como equivalente geral, por não emanar valor de uso e sim valor aos sujeitos da troca. Mas, é ele também uma mercadoria, portanto, com valor de uso e valor.

Percebe-se que não foi preciso entrar na determinação do dinheiro como meio de pagamento e tesouro para já se manifestar a gênese do dinheiro - e com isto, suas primeiras contradições - por meio da função meio de troca da moeda. Assim, "é, contudo, a partir de sua posição [do dinheiro] como meio de troca que se põem as condições de sua existência efetiva como dinheiro." (*ibidem*, p. 138)

Vale dizer que isto pôde ser captado por Marx com a fundamental contribuição da dialética, permitindo a observação de que o germe da explosão das contradições do sistema, já se encontrava em sua gênese.⁶

Nesse caso, a função meio de troca, dita anteriormente como singela na moeda, esteve subjugada a se configurar em algo não tão simples, cedendo sua natureza ao surgimento de uma relação que a corrompe, que a nega. Para a existência do dinheiro as funções da moeda precisam ser postas, e mais do que isto, precisam negar a si mesmas. As suas funções estão postas quando ocorre o desenvolvimento pleno da circulação simples de mercadorias. Mas quando isso acontece, deixa de ser o dinheiro meio de obtenção do produto do trabalho alheio, ou compra de mercadoria, para ter vida autônoma e independente, encarnando assim a própria negação da circulação de mercadorias.

A autonomia do dinheiro deve-se à apresentação da circulação não por meio do circuito M-D-M, mas por meio do circuito D-M-D. Da mediação de equivalentes, em que com dinheiro obtém-se mercadoria e desta, tem-se novamente dinheiro, ocorre uma interversão. Não só o dinheiro necessário para obter mercadoria é resgatado, como mais dinheiro é obtido, ou seja, D-M-D é de fato D-M-D', onde $D' = D + \Delta D$. A capacidade de que com o dinheiro colocado no processo produtivo mais dinheiro seja gerado, faz com que de mediador ele passe a ser a coisa mediada.

Ao invés das subsequentes transações de vender para comprar outros valores de uso, têm-se a transação de comprar mercadorias para vendê-las, reconfigurando M-D-M para D-M-D', aonde D' é maior que D. A busca por dinheiro já afigura-se um fim em si mesmo. Porém, é o dinheiro imanente ao capital. O movimento do dinheiro não é um movimento do dinheiro, é o movimento de valorização do valor, ou seja, é o capital, haja visto que a única esfera que cria valor é a produtiva, pelo consumo da mercadoria força de trabalho que tem o valor de uso de produzir valor, e dessa forma, valor excedente.

⁶ "(...) A lógica dialética só é captada se superarmos a aparência do texto, se nos remetermos ao movimento que busca ser descrito. Não se trata de definir como funciona uma sociedade dada, mas fundamentalmente como ela se transforma em seu contrário. Não se trata de definir campos estanques e diferenciados (...) mas de buscar as determinações e relações complexas que se estabelecem entre essas esferas, nas quais o que é condicionado pode agir de forma determinante sem que deixe, por isso, de ser determinado" (Iasi, 2007, p.91).

D-M-D' é a manifestação de D - (MP + FT)...P...M' - D'⁷, isto é, trata-se da circulação de capital, em que a mercadoria é produzida pela compra das mercadorias meios de produção e força de trabalho, e só será realizada no momento da circulação de mercadorias, com a sua venda. Logo, a simples circulação de mercadorias, M-D-M, em que a finalidade é satisfazer as necessidades humanas, consumir o valor de uso existente na mercadoria, é transformada em momento necessário da circulação do capital, cuja finalidade é a reprodução de suas condições de subsistência. Em outras palavras, o movimento da produção pela produção que sustenta o movimento de valorização do valor.

Do movimento descrito consolida-se o dinheiro como tesouro. Se o dinheiro é um símbolo de poder - poder de gerar mercadoria e mais dinheiro - por que não desejá-lo infinitamente e não guardá-lo como um tesouro, haja visto que ele transluz riqueza? A partir da circulação de mercadorias e da circulação de capital nasce o entesouramento. É da possibilidade imanente do dinheiro se transformar em capital e da anarquia do mercado com suas constantes incertezas, que ele deixa de ser mera mercadoria para ser a "mercadoria geral" (*ibidem*, p. 138). Este é um salto fundamental para se entender o surgimento histórico do dinheiro enquanto tesouro.⁸

Por ora, este ato nega ao dinheiro a função de meio de troca, pois ao invés de mediar a circulação de mercadorias, ele interrompe-a, apresentando-se ao vendedor como a melhor mercadoria do mundo das mercadorias. Resolve o dinheiro a pergunta ontológica de "ser ou não ser" mercadoria, com a resposta de que pra além de mercadoria ele é a mercadoria plenamente confiável. Nosso vendedor enxerga no dinheiro o valor de uso de ter valor, perdendo, com isto, o valor de uso de ser valor de troca na mediação da troca de mercadorias.

Também surge o dinheiro enquanto meio de pagamento, que promove a aquisição da mercadoria independentemente da sua presença física para tal acontecimento. A mercadoria muda de mãos simplesmente porque há uma promessa de

⁷ D- (MP + FT) P.... M' - D' expressa o movimento de compra das mercadorias meios de produção (MP) e força de trabalho (FT) para na esfera da produção produzir nova mercadoria (M'), que dará ao capitalista mais valor (D'), pois ele pôde comprar no mercado uma mercadoria, a força de trabalho, que tem a capacidade de gerar mais valor além do valor pago por ela.

⁸ "O dinheiro, sendo uma pura forma de valor, não necessita ter valor próprio; o dinheiro-mercadoria possuía valor intrínseco, porque era também uma mercadoria, mas o dinheiro-mercadoria não é o dinheiro enquanto tal, mas apenas uma espécie particular e histórica assumida pela forma dinheiro." (Corazza, ano, p.556)

dinheiro futuro. Troca-se o presente pelo futuro, a mercadoria de hoje com o dinheiro de amanhã. Assim, “com o desenvolvimento da circulação de mercadorias, porém, desenvolvem-se condições em que a alienação da mercadoria separa-se temporalmente da realização de seu preço”. (*ibidem*, p. 245).

Desse modo, passa a ocorrer uma separação temporal entre os dois lados da expressão M-D-M, a compra (D-M) não precisa mais ser antecedida pela venda (M-D). Inclusive, muitas vezes acontecerá o contrário, a venda só será materializada pela obtenção de mercadorias que geram outras mercadorias, como matéria-prima, por meio do crédito. Da função do dinheiro como meio de pagamento origina-se o crédito. "O meio de pagamento entra na circulação, porém, depois que a mercadoria já se retirou dela. O dinheiro já não media o processo. Ele o fecha de modo autônomo, como existência absoluta do valor de troca ou mercadoria geral." (*ibidem*, p. 256)

É da entrada em cena do entesouramento e da sua atuação como meio de pagamento, junto com o papel de dinheiro mundial – “materialização social absoluta da riqueza, onde não se trata nem de compras nem de pagamentos, mas sim de transferências de riqueza de um país a outro” - que o dinheiro supera a forma moeda. (idem, 1996, p. 262-263) O seu papel de mediação na esfera da circulação explode no seu contrário, de forma "evanescente da mercadoria" ⁹ torna-se a forma absoluta do valor. Está representada aqui a função do dinheiro de reserva de valor, a ser melhor trabalhada na próxima seção.

A fim de ter garantias de que o conceito marxista de dinheiro foi apreendido e para não incorrer no risco de ser assemelhada à teoria neoclássica, que responde sobre o que é o dinheiro dando as suas funções, segue a síntese sobre o que é o dinheiro: é a explosão da contradição inerente à mercadoria entre valor de uso e valor, assumindo a contradição interna entre ser e não ser mercadoria, que ora se afirma e ora se nega como meio circulante. Além de ser a figura que vela a relação social estabelecida entre os indivíduos por meio de seus trabalhos privados regida pela divisão social do trabalho, que deixa as múltiplas necessidades dos indivíduos dependentes desta relação dissimulada e ditada pela valorização do capital, na busca incessante por D'.

⁹ Paulani expõe que no momento em que o dinheiro abdica de seu valor de uso de ser valor de troca, com a incorporação do crédito e do meio de pagamento, deixa ele de ser uma mercadoria transitória, uma mercadoria que espelha as demais mercadorias. "Mas isso só acontece, como já se pode adiantar quando o dinheiro deixa de ser mera forma evanescente das mercadorias em seu movimento de circulação, para se fixar, como diz Marx, enquanto única existência adequada ao valor de troca." (Paulani, 1991, p. 144)

Falou-se até aqui acerca das determinações do dinheiro e que as contradições que elas internalizam com o objetivo de evidenciar que o dinheiro não é senão a negação de sua existência enquanto mercadoria e a afirmação da imaterialidade da sua forma, a tal ponto de se substanciar na "mercadoria por excelência" (Paulani, 1991, p. 144). Sua forma se dissocia completamente de seu conteúdo, não precisa o dinheiro ter a forma de mercadoria - como acontecia quando o ouro era dinheiro - para ter o seu conteúdo, isto é, o dinheiro em sua forma avançada não tem nem valor de uso nem valor próprio, mas é ele uma forma independente do valor. Diante disto, Paulani (2009) categoriza o dinheiro como forma "verdadeiramente social" por expressar ele a natureza própria do modo de produção capitalista, ou seja, uma mercadoria que pôde se estabelecer como valor, ou melhor, como o valor por excelência. Nas demais formas, como o valor de uso, por exemplo, seriam *a priori* sociais, pois, para Marx, "o homem é um animal social", mas não seriam verdadeiramente sociais, posto que não seriam específicas de uma determinada formação.

É em razão disto que se chegou à modernidade com uma moeda internacional fiduciária, como o dólar, vigente como puro signo do valor no pós-Bretton Woods.¹⁰

1.3 A terceira determinação do dinheiro e o capital financeiro

O dinheiro é ontologicamente mediação, até mesmo em sua terceira determinação. Consegue com o crédito entrelaçar o feito e o não-feito, a produção futura, realizando a equivalência entre o dinheiro de hoje e o vir-a-ser com o valor de troca da taxa de juros do dinheiro, que nada mais é que uma repartição pela exploração da mais-valia, permitida pelo adiantamento do crédito. Negocia-se a exploração da mais-valia futura com o preço do dinheiro. Todavia, ao passo em que une o presente ao futuro, o dinheiro promove o descolamento entre a compra e a venda. Ele media para, dialeticamente, polarizar os dois lados da equivalência.

Como mostra Marx, o crédito tem um duplo caráter, se por um lado dinamiza o ritmo produtivo, por outro, acirra as suas contradições com base na especulação e na superprodução, ensejada pelo descasamento entre compra e venda. Além disso, o crédito torna o dinheiro "potencialmente um 'dinheiro-fictício'", uma vez que se baseia

¹⁰ Sobre a análise da teoria monetária de Marx na conjuntura pós-Bretton Woods ver Rotta & Paulani, 2009.

em uma expectativa de dinheiro que poderá ou não ser concretizada, dependendo da realização das vendas na circulação de mercadorias (Rotta, 2008, 129-130).

Como visto, é a partir da qualidade do “dinheiro- fictício”, derivada de suas funções de meio de pagamento e crédito, que pôde o movimento do dinheiro se configurar no intercâmbio da mercadoria-dinheiro, dada pela taxa de juros. E, o desenvolvimento contínuo e avançado deste movimento caracteriza a chamada nova etapa do capitalismo moderno e seu regime de acumulação com predominância da valorização financeira (Chesnais, 1996).

Mas não há novidade nesta etapa, fora a predominância do setor financeiro sobre a esfera produtiva. Acontece a intensificação de algo que já existia e que era passível de acontecer. O princípio desta etapa, em que de mediador o dinheiro passa a ser simultaneamente o mediador e a “coisa mediada”, estava contido no dinheiro, em sua atuação como capital portador de juros¹¹ (Paulani, 1991, p. 154). A antítese entre o dinheiro e a mercadoria é resolvida com a emergência da mercadoria-dinheiro, que coloca a contradição em outro patamar. Agora tem que ser resolvida a antítese entre capital produtivo e capital fictício, na qual ainda se mantêm as bases da contradição entre mercadoria e dinheiro, entre a valorização do valor pela produção de valores de uso e a tentativa de valorização do valor pelo próprio valor de uso do dinheiro de ter valor.

Trazendo novamente à tona a expressão D-M-D', apresentada na seção anterior, encontra-se aí a razão para a transformação do dinheiro em mercadoria, e enquanto tal para sua posição como mercadoria capital. Por meio da redução da expressão acima a D-D', “compra-se” dinheiro para se devolver dinheiro engordado. Como dinheiro investido na produção de mercadorias e a realização da mercadoria no mercado geram mais dinheiro, o portador de dinheiro, vê no dinheiro a possibilidade de obter mais dinheiro, sem ter de passar pelo processo produtivo, pois um terceiro pode fazer isso por ele. Quando se reduz D-M-D' para D-D', da suposta mera troca de equivalentes tem-se revelada a existência de uma troca entre não equivalentes, tem-se uma relação quantitativa e não qualitativa, como parecia. Assim, a relação do dinheiro com ele mesmo, como “coisa mediada” por ela mesma, revelou a busca existente por

¹¹ “As diferentes operações de cuja autonomização em atividades específicas se origina o comércio de dinheiro, resultam das diferentes determinações do próprio dinheiro.” (O Capital, Livro III, cap. XIX).

mais valor, mais dinheiro. Todavia, se ele revela algo, concomitantemente, também vela algo. O capital foi apagado do processo de valorização de valor (Paulani, 1991, p. 155).

O dinheiro transformou-se em mercadoria. Rotta (2008) apresenta esta transformação do dinheiro em mercadoria como a constituição do capital financeiro, ou capital portador de juros, que, por sua vez, promove a passagem dessa mercadoria para a mercadoria-capital, pois o dinheiro objetiva, no movimento de valorização de si mesmo, se colocar na forma capital, mesmo que isto não seja consumado. O fato é que, aqui, o dinheiro “adquire o caráter de capital possível, sem seu necessário ingresso na valorização produtiva” (Rotta, 2008, p. 154). O dinheiro tenta encarnar em si a função do capital. Nas palavras de Paulani (1991), o sujeito do movimento de valorização do capital, vira predicado e um dos predicados do capital, o dinheiro, torna-se sujeito. O dinheiro “é a figura que assume para si o papel de sujeito agindo como se sujeito de fato fosse” (1991, p. 157).

Como dito na seção anterior, da mutação da moeda em dinheiro, pela terceira determinação, o dinheiro se autonomiza, a ponto de superar a forma mercadoria transitória que tinha o dinheiro no capital mercantil e, assim, de moeda que media, chega o dinheiro ao capital financeiro como forma que media a si próprio como mediado. Não precisa mais o dinheiro ser mercadoria com seu valor de uso natural que sustente um determinado valor para dar substrato à materialidade do valor de outras mercadorias, lógica que reside nas funções da moeda. Ele se mostra como coisa de valor meramente, por representar a possibilidade de se metamorfosear em capital, em valorização de valor. Vale ratificar que “o segredo da autonomização do capital financeiro parece ter sua origem na passagem lógica da forma moeda à forma dinheiro, na sua passagem de intermediário a fim em si mesmo.” (Rotta, 2008, p. 153).

A moeda se rompe no dinheiro. Repetindo, ela cede seu ser para o dinheiro, mas sua essência e suas contradições ainda permanecem no dinheiro, pois “as coisas finitas na sua variedade indiferente têm em consequência, em geral, como características, serem contraditórias em si mesmas, serem quebradas em si e voltarem ao seu fundamento.” (Hegel *apud* Fausto, 1993).

CAPÍTULO 2 – A MOEDA SOCIAL

O presente capítulo se divide em duas grandes seções para tratar da moeda social. Na primeira parte, utilizamos como referência os materiais produzidos pelo movimento de economia solidária, como cartilhas, panfletos e reportagens. No interior do sintagma, incluo: a experiência obtida por intermédio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP); o intercâmbio realizado entre janeiro e fevereiro de 2007 no Banco Palmas (Fortaleza – CE), idealizador da tecnologia social dos bancos comunitários com moeda social; e na atuação junto ao projeto Economia Solidária e Movimento de Moradia: Desenvolvimento Local Solidário para as Regiões Periféricas de São Paulo, que implantou cinco bancos comunitários no município de São Paulo inaugurados em 2009. São utilizados também os materiais produzidos pelos teóricos da economia solidária.

A segunda seção se divide em dois momentos: o primeiro apresenta uma perspectiva da moeda social derivada da teoria monetária de Marx, elucidada anteriormente no capítulo 1; o segundo momento traça uma revisão crítica de literatura com dois importantes trabalhos acadêmicos realizados acerca da moeda social, uma tese de doutoramento apresentada em 2006 ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, e uma dissertação apresentada em 2007 ao CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais). Esta parte de uma visão pós-keynesiana para analisar a moeda social e sua relação com o desenvolvimento de economias periféricas, e aquela, fundamenta-se em uma visão institucionalista, que vê na implantação de moedas sociais um regaste da função da moeda nas sociedades antigas.

2.1 Definição: o que é e como se usa

Moeda social é uma moeda paralela à moeda oficial, criada por grupos ou comunidades de regiões periféricas, por meio de Clubes de Trocas ou de Bancos Comunitários, com o objetivo claro de intensificar o circuito de trocas locais que se encontra enfraquecido pela escassez de dinheiro nessas regiões, pela falta de liquidez. Ela é vista como complementar à moeda oficial, e não como concorrente, pois ela está

circunscrita ao território dessas comunidades e é lastreada na moeda oficial do país, no caso brasileiro, em Reais. Há um acordo implícito, portanto, sem nenhuma formalização, entre a Rede Brasileira de Bancos Comunitários e o poder público de que cada unidade monetária de moeda social impressa deva ter o lastro equivalente em Reais.

De forma similar, por exemplo, aos *tickets* alimentação - moeda paralela que delimita o escopo do consumo de seus usuários - a moeda social tem como propósito estabelecer que seus usuários consumam apenas dos produtores e comerciantes de uma determinada comunidade, na tentativa de ampliar o efeito multiplicador da economia. Ao forçar o aumento da demanda por bens locais, provoca uma expansão na renda dos moradores de um bairro, por exemplo, que, fomentando um ciclo virtuoso, que recairia novamente sobre as vendas e a produção locais pelo aumento da renda em moeda social. Conforme consta na cartilha “Banco Comunitário: Serviços Financeiros solidários em Rede”, publicada pelo Banco Palmas, “são as moedas sociais que asseguram o desenvolvimento ao favorecer que essa riqueza gerada [através da política de crédito e de fomento à geração de trabalho e renda] circule na própria comunidade” (Rede de Bancos Comunitários, 2006, p. 5). Na tentativa de reforçar a proposta política de desenvolvimento local que está por trás da moeda social, os comerciantes locais, em geral, concedem descontos para as compras que são efetuadas nessas moedas.

Assim, a moeda social é vista como um instrumento monetário de desenvolvimento local, que, em geral, está acoplado a uma política de geração de trabalho e renda por meio de capacitações de trabalhadores subempregados ou desempregados, políticas de concessão de crédito e assistência técnica.¹² Tal política é formulada e gerenciada por associações de bairros que recebem, na maior parte das vezes, apoio do poder público e/ou de ONG's (Organizações não governamentais) para implementarem clubes de trocas ou bancos comunitários.

Essas moedas sociais são criadas e administradas pelas suas próprias comunidades, aumentando assim a inclusão social e o seu poder político (Primavera, 1998), por meio das associações de bairros. Esse fato acaba por sedimentar a relação de confiança nessas entidades locais, uma vez que a aceitação dessas moedas sociais pressupõe uma crença na palavra e no poder das mesmas (Soares, 2006).

¹² Tudo isso será melhor exemplificado no capítulo 4.

Tratar-se-ia de um instrumento que - em detrimento da visão macroeconômica da política monetária definida pelos Bancos Centrais, os quais ponderam a política monetária pela necessidade média de dar liquidez às transações do território nacional - teria a capacidade de levar em consideração as especificidades de territórios pobres¹³. Com a circulação de moedas locais algumas das funções dos bancos centrais estariam descentralizadas, pois “é o grupo [que administra as moedas sociais] que decide quanto de moeda deve estar em circulação, fazendo política monetária expansionista ou contracionista, mediante a quantidade e velocidade de trocas” (PACS, 2005, p. 17).

Cabe frisar que há a ideia de rebeldia com a moeda social no sentido de que ela segue a direção contrária à da tendência hegemônica, que é a de expandir o território de circulação das moedas, desnacionalizando-as, como acontece com as moedas dos mercados comuns a exemplo da União Européia. A moeda social tem em si a proposta de valorização local, com a ideia de um consumo crítico que dê preferência ao que é produzido ali na região dessas moedas, reforçando, assim, os laços comunitários. Conforme consta na cartilha do PACS (2005), “é muito importante entender as vantagens de ter relação de trocas com o vizinho ao invés de comprar de uma grande empresa capitalista. Viver com a produção do vizinho permite sustentar a comunidade e criar laços de proximidade e de cuidados” (op. cit, p. 8). Além disso, há também a ideia, muito presente no movimento de economia solidária, de que a moeda social encarna a crítica à essência do dinheiro na sociedade capitalista com sua terceira determinação; mas isso será melhor apresentado na próxima seção.

Adota-se a definição de que os clubes de troca são espaços em que as pessoas se associam para trocar entre si produtos ou serviços produzidos por elas, ou objetos usados que estão em bom estado, com o uso de um meio de troca criado e gerido pelos associados do clube. Segundo Soares (2006), os clubes de trocas possuem, muitas vezes, a pretensão de constituir um sistema local de produção, crédito e comercialização e o que os diferencia de uma feira tradicional é o nível de participação dos associados em sua gestão monetária.

Segundo Mance (2002), os clubes de trocas, ou os *Sistemas Locais de Emprego e Comércio* (tradução dada pelo autor para *Local Exchange and Trading Systems*,

¹³ Essa ideia será mais bem abordada na seção 2.2.3, com a resenha crítica do trabalho de Menezes (2007).

abreviado por *LETS*), surgiram na década de 80 no Canadá; se difundiram rapidamente pelo mundo como um meio de criar condições favoráveis ao intercâmbio de bens e serviços em uma determinada comunidade sem o uso de moedas oficiais, aquecendo a produção e o consumo locais. Atualmente existem experiências de clubes de trocas na Alemanha, chamados de *Tauschring*, na Itália, as *redes de economia local* (REL), na França, os *Systèmes d'échanges locaux*, sendo tais experiências reflexo do contexto de crise econômica aguda e do emprego desde a década de 80 (França Filho, 2004, p. 125).

O pioneirismo canadense ocorreu em 1983 em uma vila próxima a Vancouver, onde ocorreu uma crise econômica decorrente da transferência de uma empresa aérea, com destacado papel em sua economia (Búrigo, 2001). Estimativas levantadas por Lieater (*apud* Menezes, 2007) apontaram que no início deste século existiam em torno de 2.500 *LETS* no mundo, inclusive em diversos países desenvolvidos como a Inglaterra, o Japão, Alemanha, entre outros. Cabe ressaltar que nesta estimativa há distinção entre os *LETS* e os clubes de trocas, sendo que estes, diferentemente daqueles, possuem tempo pré-determinado para que as trocas aconteçam.

Alguns clubes substituem as moedas alternativas por um mecanismo de compensação de débitos e créditos. Outros utilizam este mecanismo mesmo com o uso da moeda, por intermédio de Bancos de Trocas Solidárias, que atuam liberando crédito nestas moedas, intervindo nestes mercados protegidos e contabilizando estes débitos e créditos. Menezes (2007) aponta que a divulgação dos balanços de crédito e débito contribui com a construção da confiança entre os participantes dos *LETS* e também evita a presença dos “caronas”, ou “*free-riders*”, indivíduos que estariam interessados apenas em consumir bens e serviços sem ofertar nada em troca. Além disto, costuma-se estipular um valor limite para os débitos dos participantes. Apesar disto, os débitos não são percebidos negativamente nestes espaços, ao contrário eles fomentam a continuidade do circuito de trocas, já que efetivam a demanda por bens e serviços (Menezes, 2007).

Cinco vantagens são apresentadas por Mance para os *LETS*, a saber: i) flexibilidade para as finanças locais, dada a possibilidade de auto-emprego; ii) estreitamento dos laços comunitários; iii) estímulo aos negócios locais; iv) favorecimento às organizações sem fins lucrativos; e v) baixo consumo de energia-transporte. É feita uma crítica à aplicação de juros nesses espaços, pois, para o autor,

receber juros é “apropriar-se de um valor produzido pelo trabalho alheio.” (*apud* Viera, 2005, p.137).

Para França Filho & Laville (2004), os clubes de trocas “alimentam a proliferação de um circuito de trocas não monetárias cujo fundamento é uma lógica de dádiva, ou seja, o objetivo das trocas é, para além da satisfação utilitária dos bens ou serviços, fortalecer ou criar vínculos sociais entre as pessoas envolvidas” (França Filho & Laville, 2004, p. 151). Ele se baseia nos conceitos de Polanyi (1980) que discorre sobre quatro tipos de economias, a economia de mercador, da dádiva ou reciprocidade, doméstica e a da redistribuição, figurando a economia da dádiva como uma troca fundada na doação interpessoal ou coletiva e na reciprocidade entre indivíduos, sendo isso um importante comportamento social. Dentro disso, as pessoas buscam nesses espaços não apenas satisfazerem suas necessidades materiais, como também uma outra troca não mercantil.

A Argentina apresenta uma experiência emblemática com os clubes de trocas alicerçados em moedas sociais, sendo que em 2000 cerca de 300 mil pessoas acessavam 600 clubes de trocas em todas as províncias do país (Mance, 2002). Dada essa magnitude atingida pelos clubes de trocas, em dezembro desse mesmo ano, eles foram declarados de interesse nacional (PACS, 2005). Outra estatística é mencionada por Soares: até maio de 2002 cerca de dois milhões e meio de pessoas utilizaram na Argentina moedas sociais (Hintze *apud* Soares, 2006, p. 10).¹⁴

A segunda estratégia que fomenta a moeda social é a experiência dos bancos comunitários. Trata-se de empreendimentos implementados em regiões periféricas, com alto grau de exclusão, que atuam no campo das ‘microfinanças’¹⁵ na proposta de fomentar e organizar a economia local por meio da articulação entre crédito, produção,

¹⁴ Cabe lembrar que essa enorme difusão dos clubes de troca na Argentina ocorreu justamente no período de agravamento dos problemas monetários daquele país, que redundaram na grande crise de dezembro de 2001. A absoluta escassez de meio circulante com as consequências deletérias que provocava principalmente nas províncias mais pobres do país foi naturalmente fazendo dos clubes de troca e na moeda social uma alternativa de sobrevivência material.

¹⁵ Abramovay (2004) expõe que em contraposição ao duplo equívoco de que “os pobres não têm vida financeira e a elevação de sua renda passa pela oferta de crédito produtivo para melhorar suas atividades” (p. 31) que está contido nas políticas de microcrédito, as microfinanças apontam para a demanda existente nas classes populares por um conjunto de serviços financeiros, como crédito de consumo, microseguros, poupança, entre outros. Ribeiro & Carvalho (2006) também analisam a passagem do microcrédito às microfinanças como forma de combater a pobreza.

comercialização, consumo e capacitação. Uma característica central destes bancos é o fato de suas ações estarem circunscritas a um território com traços e identidade comuns, dando origem à adjetivação de comunitário que recebem.

Estes bancos atuam com linhas de crédito produtivo e de consumo, sendo esta liberada necessariamente em moeda social - ou circulante local, como também é chamada - sem taxas de juros e aquela em moeda oficial (Real - R\$) com baixas taxas de juros, conforme cartilha da *Rede de Bancos Comunitários* (2006). Também utilizam no crédito produtivo o sistema de juros evolutivos, em que quanto maior o valor do empréstimo concedido maior a taxa de juros e vice-versa, objetivando seguir uma lógica oposta à do mercado financeiro formal, no qual quem tem mais colaterais, e que, portanto, tem melhores condições de pagamento, paga uma taxa de juros menor do que aquele que toma emprestado um montante baixo, sinalização de que é pobre. Os juros evolutivos têm como princípio uma ideia de distribuição de renda dentro da própria comunidade: quem utiliza valores menores de crédito paga uma taxa de juros menor pelo serviço.

Os bancos comunitários estabelecem parceria com os comércios locais para que estes aceitem a moeda social e para que, além disto, forneçam descontos nas compras pagas com a mesma. Os comércios locais assim o fazem porque recebem a garantia de que poderão trocar tais moedas por moeda oficial, em geral, na taxa de câmbio de um por um, permitida pelo lastreamento da moeda social em Reais. Além do mais, eles vêem nisto a vantagem de aumentarem seu poder de comercialização, ganhando em escala na comunidade. Os bancos comunitários também desenvolvem estratégias de comercialização dos produtos locais por meio de campanhas de incentivo ao consumo desses produtos, feiras periódicas e de lojas instaladas junto aos bancos.

Segundo a cartilha aludida acima, o uso da moeda social faz com que a riqueza gerada pelo crescimento econômico a partir do crédito produtivo – junto com outras ações de geração de trabalho e renda – circule na comunidade, desenvolvendo-a, ou seja, que ela é promotora do desenvolvimento endógeno.

Com relação à regulamentação dessas moedas sociais, principalmente no que se refere à sua implantação junto aos bancos comunitários, ainda não há um documento que formalize essa relação, fato que torna conflituoso o movimento dos últimos dois anos de difusão dos bancos comunitários (em que surgiram mais de trinta novos bancos

comunitários) como parte de uma política pública promovida pela SENAES/MTE (Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego) e por alguns governos estaduais e municipais, sobretudo, do Nordeste. Contudo, entre os dias 16 a 18 de novembro de 2009, no Fórum sobre Inclusão Financeira realizado em Salvador-BA, o Banco Central firmou um acordo com a SENAES/MTE para criar um marco regulatório, normatizar e acompanhar os bancos comunitários e as suas moedas sociais¹⁶.

2.2 Diferentes visões sobre moeda social

2.2.1 A moeda social no contexto da teoria monetária de Marx

Como visto no capítulo 1, a passagem da forma I à forma IV, ou seja, da forma simples de valor à forma dinheiro, vela o caráter social dos trabalhos privados e as relações sociais que estão determinadas pela intensa divisão social do trabalho produtora de mercadorias. “Embora o movimento do dinheiro seja, portanto, apenas a expressão da circulação de mercadorias, a circulação de mercadorias aparece, ao contrário, apenas como resultado do movimento do dinheiro” (Marx, 1996, p. 238). Não se pode dizer que isso não ocorra com a moeda social: ela ainda media o produto do trabalho privado, seja do trabalho emancipado, como se propõe nas teorias da economia solidária por meio do trabalho cooperativo, seja do trabalho assalariado.

A moeda social não impede que o caráter social dos trabalhos privados seja velado e que o conflito entre o privado e o social esteja posto. A necessidade social de reprodução da vida material ainda é satisfeita pela autonomização privada, que já se manifesta na moeda. A antítese constitutiva da mercadoria entre valor de uso e valor permanece, portanto, na moeda social, e ela, assim como o dinheiro, é um “objeto contraditório”, pois a contradição entre mercadoria e dinheiro está colocada como solução da contradição entre valor de uso e valor.

Há um notório esforço de politização em alguns espaços dos bancos comunitários e dos clubes de trocas em torno da questão do que é o dinheiro. Esses espaços são revelados pelas perguntas sobre “o sistema financeiro vigente, a globalização financeira, o desemprego estrutural, a falta de oportunidade para os excluídos e historicamente

¹⁶ Informações retiradas do site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

marginalizados etc” (PACS, 2005, p. 18). Mas esse caráter político está nas ações dos sujeitos envolvidos com a moeda social, e não na moeda social propriamente dita.¹⁷

Assim como o dinheiro parece “ganhar vida no mercado, esconde algo que é o mais importante: ele não deixa ver que é o trabalho que gera a riqueza” (*ibidem*, p. 9), conforme crítica colocada em cartilha da economia solidária. Mas, a moeda social continua a esconder isso. O que pode mudar a situação, não é a moeda social enquanto tal, mas a formação política de seus organizadores junto aos seus usuários. Falou-se na seção 1.1 da relação íntima entre a formação do dinheiro e a produção de mercadorias, da relação que ele estabelece como mediador na circulação simples de mercadorias e coisa mediada na circulação de capital. Ora a moeda social, embora muitas vezes não faça de fato a circulação de capital nas comunidades aonde circula, faz, ao lado do dinheiro oficial, a mediação entre mercadorias, acelerando, quando implementada com êxito, essa circulação ao permitir a complementação da renda de pessoas pobres. Mas isso ocorre em razão muito mais da precariedade às quais essas comunidades estão submetidas do que de qualquer outra coisa, e não porque a moeda social seja portadora de uma outra lógica necessariamente distinta da lógica do dinheiro.

A lógica do dinheiro é inerente à lógica da moeda social. O sujeito que habita e trabalha no território de um banco comunitário, pequeno comerciante, por exemplo, faz o cálculo se fica com moeda social ou se vai até o banco comunitário fazer o câmbio entre moeda social e Real, dependendo das necessidades do seu empreendimento e do mercado. Se precisa acessar a circulação de capital opta facilmente por trocar suas moedas sociais por Reais, como era de se esperar. Tal tipo de conduta é resultado de necessidades postas socialmente que não desaparecem por encanto nos territórios onde circula a moeda social. Retomando a discussão teórica feita anteriormente, o que queremos dizer é que todas as determinações do dinheiro estão contidas na moeda social e não apenas a primeira e a segunda determinações, como seria de se supor se a moeda social funcionasse de fato segundo uma outra lógica. A vinculação da moeda social ao dinheiro oficial é a porta de entrada para que a terceira determinação a “contamine”.

¹⁷ Muitas vezes, a defesa da moeda social acaba, contraditoriamente, sendo vítima do fetiche, pois atribui ao objeto “moeda social” virtudes que decorrem da invenção e da ação humanas.

A economia solidária, como será visto no capítulo 3 com a apresentação de diferentes abordagens teóricas, se propõe a ser um outro modo de produção de valores de uso. Segundo algumas correntes como a de Singer (2002), isso torna-se possível por meio do trabalho coletivo e pela repartição justa e igualitária do resultado do produto do trabalho humano, com a formação de cooperativas, rompendo-se, assim, a produção de mais valia. Todavia, a circulação de mercadorias proposta pela moeda social na economia solidária não repõe as condições materiais de sua reprodução. Ao final, se o circuito econômico foi dinamizado, os pequenos produtores e comerciantes terão que ingressar no circuito do capital. Assim, se é verdade que

(...) a imposição de juros no meio circulante [no dinheiro] é uma posição eminentemente política do capitalismo vigente. No contexto das trocas [solidárias, realizadas com a moeda social], ela é descartada. Isto é, nas trocas de nada adianta acumular moeda; a sua função enquanto reserva de valor é de certo modo descartado (PACS, 2005, p. 20).

Isso não resolve todos os problemas, nem evita que a circulação de mercadorias à qual a moeda social deveria se restringir, se transforme em circulação de capital. Como visto no capítulo 1, com a moeda e com a circulação simples de mercadorias (M-D-M) está posta a condição para o surgimento da terceira determinação do dinheiro com seu elemento de ser tesouro, ser reserva de valor. É a troca, com a moeda, que dá ao dinheiro a possibilidade de ser a mercadoria por excelência. É com a atuação da moeda, meio circulante, que o sujeito vê no dinheiro a riqueza enquanto tal, a riqueza abstrata, a possibilidade de a qualquer instante tornar-se mercadoria, surgindo daí a tentação de acumulá-lo como tesouro. Em outras palavras, não é preciso, como equivocadamente se imagina nos círculos em que se discute a forma de funcionara da moeda social, que os sujeitos da economia solidária coloquem a moeda social embaixo do colchão para que a moeda social assuma a terceira determinação do dinheiro.

2.2.2 Uma visão institucionalista

Esta subseção tem por objetivo apresentar e analisar um dos raros trabalhos acadêmicos que se inclinam a estudar a temática da chamada moeda social, qual seja, o

de Soares (2006). Atenção especial será dada às partes do trabalho que se referem, primeiramente, à teoria da moeda ou do dinheiro, fundada em uma perspectiva institucionalista, com crítica às teorias do valor; em seguida, à delimitação conceitual da moeda social propriamente dita. Junto com a elucidação da teoria monetária serão colocados contra-argumentos à crítica feita pela autora do trabalho à teoria do valor trabalho marxista.

Um elemento central no trabalho de Soares (2006) é a não neutralidade da moeda. A autora se vale de uma revisão bibliográfica que contrapõe de um lado Carl Menger e Frederich Hayek, e de outro G. Knapp e J. Keynes, passando pelos regulacionistas Aglietta e Orléan, até chegar à reflexão de George Simmel sobre a essência e o significado do dinheiro. Os dois primeiros consideram a moeda como neutra, criada espontaneamente pelo mercado, pela evolução das trocas primitivas. Para Menger, o dinheiro surge do preço dos bens mais preferidos e aceitos pela comunidade, transformados nos bens mais líquidos do mercado, logo, nos bens que vão intermediar as necessidades dos indivíduos. Como consequência disso e do desenvolvimento do comércio, o dinheiro se institui como medida dos preços e medida de valor, respectivamente, intermediário das trocas e equivalente universal. Isto está estruturado em sua "Teoria da Liquidez das Mercadorias".

Nessa teoria, o Estado germina como um resultado natural da mercadoria escolhida para ser o dinheiro, e não o reverso, pois era necessária uma instituição forte e com maior capacidade para cunhar e controlar os metais escolhidos para serem dinheiro.

(...) O dinheiro não é uma invenção estatal nem produto de um ato legislador. (...) O fato de umas determinadas mercadorias alcançarem a categoria de dinheiro surge espontaneamente das relações econômicas existentes, sem que sejam precisas medidas estatais. (Menger, 2002 apud Soares, 2006, p. 54)

Deste arcabouço teórico, Menger conclui que a neutralidade da moeda na esfera produtiva é imprescindível. Da junção da teoria de Menger com a teoria de Hayek destaca-se o acréscimo colocado pelo segundo de que a determinação surgida espontaneamente é superior àquela concebida deliberadamente.

Em crítica a estes dois argumentos, Soares (2006) utiliza a "Teoria Estatal do Dinheiro" de Knapp, segundo a qual quando o Estado decide o que receberá em seus guichês nos pagamentos de tributos (que não precisa ser uma moeda de curso forçado, por ele emitida) ou a taxa de conversão entre diferentes meios de pagamento, ele está criando dinheiro de forma não espontânea. Além disso, há uma intenção, e, portanto, deliberada, quando o Estado decide o que é que compõe e o que é que não compõe o sistema monetário. O critério para a definição do dinheiro são as escolhas feitas pelo Estado e não o curso forçado do dinheiro que o mesmo Estado lhe confere. Um exemplo, tratado pelo autor, de dinheiro que não é criado pelo Estado, mas que é aceito por ele, são as notas bancárias. Quando o Estado, além de aceitar as notas bancárias em seus guichês, exige que elas sejam conversíveis em moeda oficial, o Estado determina a hierarquia existente entre essas moedas.

Na mesma linha do exposto acima, continua Soares, J. Keynes e Randall Wray, enfatizam o fato, exposto anteriormente por Marx, de que a moeda é apenas representante do valor, porém não tem valor em si. Para Keynes, a moeda enquanto medida de valor, não possui nenhum valor intimamente ligado a ela: "moeda é a medida de valor, mas considerá-la como tendo valor em si é uma relíquia da visão de que o valor da moeda é regulado pela substância de que é feita, e é como confundir um bilhete de teatro com a performance" (Keynes *apud* Soares, 2006, p. 68).

Soares credita a essa teoria da liquidez da moeda, que exprime o papel da moeda de ser reserva de valor e equivalente geral, à compreensão de que a moeda não é neutra, não só em função da atuação do Estado como criador da moeda, mas porque ela dita o comportamento da demanda e da produção e, por conseguinte o do processo de valorização do capital.

É a partir disto que a autora visualiza a subdivisão da economia em "real" e "monetária", sendo a primeira determinada apenas pela função da moeda de meio de troca, que por não interferir na produção poderia ser percebida como neutra. Assim, no caso da economia "real", a moeda não se mostra como uma alternativa à produção, enquanto que, no caso da economia "monetária", dominada pela função reserva de valor e equivalente geral, a moeda intervém na produção pelo fato de se mostrar ao seu detentor como uma forma de manter a riqueza com menores incertezas se comparada à produção, haja visto os riscos existentes nesta esfera em função dos desgastes e da

mudança tecnológica, entre outros. Aqui a moeda não é neutra, ela influi na escolha dos agentes e no nível da produção.

Baseando-se nos regulacionistas Aglietta & Orléan (1990), a autora declara que a moeda não dever ser vista unicamente sob o ponto de vista econômico, ela o extrapola por ser uma 'instituição social', vinculada à confiança que a sociedade deposita nela e no que a mantém, o Estado. Antes de tudo a moeda é uma "relação instituinte da coesão social" em uma sociedade estruturada hierarquicamente (Soares, 2006, p. 78).

Em sua defesa da não-neutralidade da moeda, Soares logo no início de sua tese pontua uma crítica ao "'dogma científico", partilhado, segundo ela, por liberais e marxistas da neutralidade da moeda" (*ibidem*, p. 11). De acordo com sua visão, as teorias econômicas têm se esquivado da análise dos fenômenos monetários, substituindo-os pela Teoria do Valor, "onde as trocas são realizadas com base no valor intrínseco dos bens, determinado ora pela escassez do referido bem, ora pela quantidade de trabalho nele incorporado, de acordo com a teoria de referência seja neoclássica ou marxista". Continua ela:

Os economistas clássicos e outros posteriores, ao basear toda a construção da teoria econômica na teoria do valor, pretendiam retirar a moeda do mundo da troca e juntamente com ela todos os compromissos sociais que ela envolve, todas as ambigüidades e arbitrariedades, toda a luta de poder e fé; esse conjunto de fatores tão pouco dado à construção de verdades científicas, e tão difícil de se encaixar nos modelos teóricos. (Soares: 2006, p. 11)

Ela retoma a crítica às teorias do valor - "seja lá qual for a especificação que se faça sobre a 'natureza' do valor" (*ibidem*, p. 76), dizendo que tais teorias determinam a troca fora do contexto social, que se preocupam em afirmar que há uma comensurabilidade ente as diferentes mercadorias dada pelo valor que possuem *a priori* e que, assim sendo, "as trocas se darão entre equivalentes e o dinheiro perde qualquer função de não representar essa correspondência previamente estabelecida a ele (dinheiro). Só lhe cabe facilitar as transações que já foram decididas em termos de valor" (Soares, 2006, p. 76). A julgar pelo que expusemos no capítulo 1, nenhuma dessas afirmações podem ser aplicadas à teoria de Marx.

Cabe aqui uma crítica à crítica de Soares pelo fato de ela atribuir à teoria do valor trabalho uma incompreensão quanto aos fenômenos monetários, suprimindo o papel da moeda nas trocas, bem como as contradições da moeda, ou melhor, do dinheiro. Em primeiro lugar, é por apreender o papel central que o desenvolvimento da moeda nas trocas - isto é, o dinheiro, forma desenvolvida da moeda - tem na sociedade capitalista que Marx se propõe a ir além da esfera fenomênica da moeda e do dinheiro. É por meio de sua teoria do valor trabalho que Marx considera que as trocas, movidas pela lei da equivalência, se invertem em não equivalência, bem como aponta as contradições que atingem elevado grau no capitalismo, e a luta de classes representada em luta de poder.

Entre tais contradições, pode-se fazer menção ao papel social que exerce o dinheiro em sua constituição como moeda, qual seja a de ter valor de uso de ser medida de valor e meio de troca entre os diferentes trabalhos humanos que compõem a produção social, ao mesmo tempo em que, pela autonomização desse mesmo trabalho, o dinheiro é instrumento que realiza necessidades privadas, veladas pela divisão do trabalho. Assim, a teoria marxiana não coloca o dinheiro como neutro, ao contrário, revela que é ele que encarna a contradição da mercadoria e seu fetiche, ocultando as relações estabelecidas entre os sujeitos das trocas.

Logo se vê que apesar de Soares direcionar a sua crítica reiteradas vezes à teoria do valor de Marx, não separando o joio do trigo, ela pouco compreende sobre essa teoria, reduzindo-a à referência ao valor da mercadoria dada pela quantidade de trabalho abstrato incorporado na mesma. Em nenhum momento ela menciona a teoria do dinheiro, chave para a apreensão da totalidade da teoria do valor de Marx, que mostra que, por traz da aparente troca de equivalentes, ocorre uma interversão, uma troca de não equivalentes. Usando as palavras de Paulani (1994) em crítica a uma visão em alguns pontos análoga à de Soares presente na leitura feita por Brunhoff (1978) e Mollo (1991) de “O Capital”:

(...) se entendermos dessa forma a questão [lei do valor entendida como o fundamento da sociedade capitalista] , perdemos aquilo que, para Marx, era fundamental: que a sociedade capitalista, apesar de aparecer como uma sociedade em que mercadorias são trocadas pelo seu valor, apesar de aparecer, pois, como uma sociedade na qual a lei máxima é a da troca de equivalentes, tem como seu fundamento a troca de não-equivalentes, já que

existe nessa sociedade uma mercadoria especial – a força de trabalho – cujo valor de uso é o de produzir valor (Paulani, 1994, p. 72).

O trabalhador realiza o intercâmbio entre o seu trabalho e o capital, vendendo na esfera da circulação sua mercadoria – força de trabalho, recebendo em troca dinheiro que lhe permite sanar suas necessidades. Isto está apresentado no capítulo 1 de *O Capital*, e está expresso na primeira metamorfose, M-D.. Mas, para o capitalista este intercâmbio expressa a segunda metamorfose, D-M, que se transformará em D-M-D' em que dinheiro vira mercadoria, que se transforma em mais dinheiro. Segundo Rosdolsky (2001) "só se pode falar de um intercâmbio aparente (ou mesmo de um 'não-intercâmbio'), pois através dele o capitalista 'deve receber mais valor do que aquele que entregou'". (op. cit., p.173)

Por que o dinheiro esconde esta relação de não equivalentes existente no intercâmbio?

Assim como em qualquer intercâmbio de mercadorias, o intercâmbio que envolve força de trabalho e capital também é intermediado pelo dinheiro. "Quando o trabalhador recebe em forma de dinheiro, ou seja, de riqueza universal, está imerso -pelo menos aparentemente - na troca capitalista de equivalentes, como ocorre com qualquer outro participante do intercâmbio." O trabalhador se defronta com o capitalista "em uma relação econômica diferente, exterior à do intercâmbio [...]. Esta aparência existe como ilusão por parte do trabalhador, compartilhada em certa medida pela outra parte, e isso também modifica essencialmente essa relação, quando comparada à que se estabelece em outros modos de produção social. (Rosdolsky, 2001, p. 175)

Soares prossegue:

Ainda de acordo com os autores [ela refere-se a Orléan e Aglietta – RRR], seguindo a linha da economia política, se perceberia a coesão como fruto da complementaridade que une todos os participantes da troca, e tal complementaridade só seria possível porque existe uma homogeneidade "natural" entre os bens e serviços trocados. Tanto faz se essa "substância" particular que permite a homogeneidade é "trabalho abstrato" ou "utilidade". Graças a esse expediente a sociedade mercantil pode ser descrita como uma estrutura horizontal, sem hierarquia, onde a

teoria do valor determina os movimentos das trocas. Para eles, ambas as abordagens caem em hipóteses de racionalidade única, capazes de homogeneizar os sujeitos, e acabam por propiciar uma leitura acética do dinheiro, em que a função monetária não é capaz de instituir mais nada (é apenas reflexa), sendo a teoria da moeda subordinada à teoria do valor. (Soares, 2006, p. 77)

As afirmações de Aglietta nas quais se sustenta Soares não podem ser atribuídas à teoria do valor trabalho de Marx. Atrás da igualdade formal do mundo das mercadorias há uma desigualdade quando o trabalhador coloca sua força de trabalho à venda como mercadoria, por ser ele "livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho." (Marx, 1996, p. 287). A venda de sua força de trabalho é a solução historicamente determinada para esse personagem, depois de ter sido expropriado de seus meios de subsistência e de produção. E é essa condição à qual se encontra submetido o trabalhador, que define o surgimento do capital, colocando o possuidor dos meios de produção de frente com o trabalhador livre, destituído dos meios de subsistência.

Não há nenhuma homogeneidade nisto, nenhuma estrutura horizontal, há uma constante luta de classes, que se manifesta na alteração de preços relativa à disputa por aumento salarial e por aumento dos lucros, já que o aumento salarial contrai o lucro, e vice-versa. Os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores estão em constante choque. E, esta sociedade em confronto só consegue se reproduzir por meio da hierarquia rigidamente estabelecida.

Concordamos com Soares (2006), em suas considerações a respeito da teoria neoclássica a qual transforma a compreensão da moeda e do dinheiro em uma relação puramente quantitativo-causal, sem responder à pergunta sobre o que é o dinheiro (e quando o faz, foge da mesma, dando como resposta as funções do dinheiro, conforme já exposto). Contudo, considerando tudo o que até aqui já expusemos acerca da teoria do dinheiro de Marx, não pensamos ser possível estender a esse autor o mesmo tipo de crítica.

Retomando as acepções sobre o dinheiro depreendidas por Orléan e Aglietta, Soares (2006) completa pontuando a importância de se entender a teoria monetária

como uma lógica violenta de dominação e desigualdade, que normatiza as relações entre os trabalhos dos produtores privados. A moeda está imersa em uma sociedade edificada sobre a gestão da violência. No caso das trocas, a violência impera pelo antagonismo oriundo da rivalidade posta entre os dois lados da troca, a qual precisa ser mediada por uma instituição social, que é a moeda.

Feita a crítica ao dinheiro na sociedade capitalista, Soares (2006) apresenta a moeda social como um retrocesso às moedas antigas, portanto, como uma ruptura com o dinheiro. Segundo ela, trata-se de uma tentativa de condicionar a lógica econômica vigente às demais lógicas sociais, em que a moeda social age como um instrumento pedagógico de emancipação social via emissão de uma moeda própria e do envolvimento com fatores econômicos pouco conhecidos pela população que lida com essas moedas.

Em sua conceituação da moeda social, Soares entende que existem nela dois significados principais: “(1) como ‘meio de troca’ alternativo ou complementar, capaz de gerar melhores condições de vida aos aderentes e/ou (2) como uma prática de reinvenção da economia, reconstruindo-a em moldes responsáveis e participados, de forma integrada com as outras esferas da vida” (Soares, 2006, p. 135). Ela enfatiza em demasia o caráter de rebeldia, de politização que está contido na moeda social, tanto que chega a intitular o capítulo que trata da delimitação conceitual da moeda social de “Moeda Social: uma moeda explicitamente politizada”, incorrendo num certo fetiche da moeda social, mencionado anteriormente, em que parece que o objeto de nossa invenção torna-se o sujeito de nossas ações. Nesse capítulo Soares reconhece que a moeda social tem todos os elementos de “qualquer outro ‘equivalente universal de troca’”(ibidem, p.137), sendo medida de valor/unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor, ou seja, contém todas as determinações do dinheiro. Cabe frisar que ela não nega o papel existente na moeda social de reserva de valor, diferentemente de outros autores da economia solidária.

Logo, se a moeda social tem todas as determinações do dinheiro, ela também é dinheiro. A politização à qual ela faz referência não está na moeda social, mas no esforço militante dos organizadores desses espaços de fazerem formações políticas junto aos usuários da moeda social. Talvez o maior mérito da moeda social esteja no que Soares não quer tributar a ela:

(...) discutir o caráter social da moeda, não é, como se costuma associar, apenas uma questão de criar um sistema que propicie a inclusão social através de uma 'produção maior e mais descentralizada' de massa monetária, ou mesmo da gestão coletiva e transparente desse novo dinheiro dos 'despossuídos', até porque empresas de todo porte utilizam-se de moedas sociais. A ideia tem também uma face mais radical: procura resgatar o dinheiro, a instituição monetária, enquanto instituição social completa, onde a forma e procedimentos que assume carregam uma determinada face para a arena de poder (que pode beneficiar mais a uns que a outros), estimula determinados valores sociais e reprime outros (respectivamente a responsabilidade e o individualismo, por exemplo) e imprime e destrói hábitos (sacralização e quantificação), interagindo simultaneamente em todas as esferas da vida (...) (ibidem, p. 135-136)

Tanto é assim que, segundo a própria autora, “quando as experiências ganham escala, superam mais facilmente as necessidades materiais dos participantes, porém, grupos maiores tendem a recorrer a outros expedientes para além da confiança mútua inicial para manter sua moeda social com aceitação e valor estável” (ibidem, p. 138). Isto quer dizer que essa capacidade de politizar sobre a tentativa de crítica ao dinheiro embutida na moeda social, e de tentar fazer diferente, é bastante limitada, ou seja, só é possível quando os grupos são pequenos, quando o controle sobre a moeda social e sobre como cada um a utiliza é maior. Mas isso coloca o seguinte dilema: o que é melhor ou mais importante atentar para as necessidades materiais dos participantes do circuito da moeda social, que são melhores satisfeitas quando se inclui uma gama maior de comércio locais, como acontece quando os bancos comunitários têm êxito, mas quando corre-se o risco de a circulação de moedas desandar em circulação do capital, ou, insistir na árdua tarefa de dar à moeda social o caráter de mutualismo da troca, de confiança e proximidade, mas limitando assim os resultados estritamente materiais do processo? A natureza do dilema é a expressão maior do fato de que, por mais que a moeda social tente atuar seguindo uma lógica inversa à da lógica do dinheiro oficial, ela carrega em si todas as contradições que estão postas nesse dinheiro, sendo na prática impossível dissociá-la, e à circulação mercantil que ela sustenta, da circulação capitalista em cujo universo ela está inserida.

2.2.3 Moeda social: uma alternativa à exclusão financeira

Menezes (2007) parte da matriz teórica pós-keynesiana para analisar a moeda social. Essa matriz enfatiza a relação existente entre a moeda e a produção, em que tanto no curto prazo quanto no longo prazo a moeda influencia o comportamento e as escolhas dos agentes econômicos. Ainda em acordo com a referida autora, as variáveis monetárias podem manter ou intensificar desigualdades, como as regionais.

Nesse pano de fundo, o uso da moeda social está associado à exclusão financeira à qual estão submetidos os seus usuários, que por sua vez, implica a exclusão social e econômica dos mesmos. Para esses excluídos, a referida moeda é um projeto de amenizar as suas condições de vida. Desse modo, tem-se com ela a implementação de ações desenvolvimentistas em comunidades pobres, diminuindo as desigualdades aprofundadas pelo processo de globalização. Menezes afirma, por isso, que as moedas sociais funcionariam então como um contraponto à globalização.

A exclusão financeira caracteriza-se pela inacessibilidade a serviços financeiros e bancários que pessoas e territórios geográficos pobres encontram, seja pela dificuldade em acessá-los em função do alto custo e burocracia exigidos, seja pela total ausência desses serviços em regiões superpovoadas, mas com baixa renda. Moradores de ocupações irregulares não conseguem sequer abrir uma conta bancária por não terem comprovante de residência, menos ainda acessar o crédito. Para as instituições do sistema financeiro convencional, atuar com a classe de baixa renda significa operar com altos riscos, dada a ausência de colaterais, altos custos de transação e de obter informações (em função da carência de comprovantes, como de residência e de renda), de modo que o volume de empréstimos a essas classes é baixíssimo. Assim, as forças de mercado tendem a gerar exclusão financeira, assinala a autora. No caso do Brasil, isto pode ser comprovado pelo levantamento feito pelo IPEA, que mostrou que em 2004 apenas um terço da população brasileira possuía conta bancária.¹⁸

Diante disto, Menezes (2007) propõe a constituição de uma “cidadania financeira”, em que o acesso a serviços financeiros e bancários seria um direito universal. Para tanto, seria fundamental a intervenção do Estado por meio de regulamentações e, uma vez que, mesmo com incentivos a autora acredita que as

¹⁸ Cabe assinalar que, no bojo das políticas de redução da desigualdade, fez-se, na segunda gestão do governo Lula um esforço significativo para “bancarizar” essas camadas da população.

distorções não serão corrigidas pelo mercado, há a necessidade de o Estado atuar também implementando uma infraestrutura financeira alternativa.

Baseando-se em Leyshon e Thrift (1996; 1997), a referida autora defende que, além da atuação do Estado, as instituições microfinanceiras alternativas impugnem a exclusão financeira. Entre tais instituições há uma tipologia estabelecida pelos autores acima, em que existem: i) bancos de desenvolvimento comunitário, no quais há a liberação de empréstimos para negócios locais e a recuperação da infraestrutura local; ii) uniões de crédito, que atuam cedendo créditos individuais, substituindo os bancos de varejo; iii) associações de crédito e poupança, as quais captam, em geral, informalmente, poupança, liberando empréstimos; e iv) sistemas de trocas e comércios locais, como os *LETS*, dinamizando o circuito de trocas locais.

Menezes utiliza ainda a tipologia criada por Fuller & Jonas (2003) para delimitar conceitualmente a natureza das instituições alternativas, as quais podem ser “alternativas-opositoras” – negam a tendência dominante e constroem novos valores e normas, “alternativas-suplementares” – apresentam-se como opção adicional ao sistema convencional, e “alternativas-substitutas” – preenchem lacunas ou espaços não ocupados pelas instituições convencionais (Menezes, 2007, p. 13).

Na conjuntura atual de globalização, isto é, no cenário em que há um prolongamento das relações entre o local e o global, onde prevalecem efeitos heterogêneos e desiguais, em que o estado de bem-estar vai se esfacelando, bem como a identidade e a cultura locais, as instituições financeiras que atuam localmente e as moedas sociais, que colocam no espaço local o controle da moeda, tornam-se uma resistência aos interesses do capital. Em oposição ao global surge o local, como conceito de múltiplas faces com aspectos dimensionais, de especificidades, grau de autonomia, entre outros.

Quando se compara o processo de criação de moedas locais com a “universalização da moeda”- a transformação das moedas nacionais em moedas de alcance cada vez mais global com o objetivo de intensificar o “espaço geográfico das trocas”, mesmo que haja perda de autonomia econômica local - a moeda social revela-se como uma contraproposta a esse processo. (Menezes, 2007, p. 19) As instituições financeiras de abrangência local situam-se na mesma posição, pois segundo Chick (2006 *apud* Menezes, 2007) a emergência de moedas transnacionais pode ampliar a

exclusão financeira, partindo do exemplo europeu, onde tem ocorrido um maior estímulo à fusão bancária e uma elevação nos custos dos serviços financeiros aos pequenos clientes com o surgimento do Euro. Voltando à tipologia de Fuller & Jonas, Menezes imputa às instituições financeiras e às moedas locais a categoria de “alternativas-opositoras”, ou seja, elas caminhariam em sentido contrário à tendência hegemônica. A “moeda local recupera a capacidade dos agentes de influenciar a acumulação econômica e a reprodução social no espaço onde vivem, motivo pelo qual é valioso fazer um contraponto à ‘comunidade universal da moeda’.” (Menezes, 2007, p. 20).

Ainda que o processo de globalização não fosse levado em consideração na análise sobre o papel das moedas locais, há diferentes argumentos em defesa da criação dessas moedas. Influenciada por Jane Jacobs (1984) e Linton & Soutar (1994), a autora sustenta que as moedas sociais cumprem o papel de complementar as moedas oficiais, dadas as especificidades locais existentes dentro do território nacional que não conseguem ser abarcadas por uma política macroeconômica genérica (conforme já dito na seção 2.1). Com a moeda oficial e a política monetária que está por trás dessa moeda, as diferentes realidades advindas das variações internas ficam submetidas a um mecanismo de ajuste único.

Na mesma linha acima se situa a contribuição de Robert Mundell (1968), ganhador do prêmio Nobel em 1999, com a teoria das áreas monetárias ótimas. Ele considera que pode haver imobilidade dos fatores trabalho e capital entre as regiões de um país, gerando, desse modo, diferentes taxas de desemprego e inflação em cada região. Uma política de estabilização nacional ficaria, frente a isso, incapaz de eliminar ou de minimizar essas diferentes taxas. Então, seria interessante que as regiões mais uniformes tivessem suas próprias moedas e políticas monetárias, com a mobilidade dos fatores intra-regiões. Claro que este ponto de vista está embasado exclusivamente na ótica econômica, pois sob a ótica política há, por exemplo, o argumento da soberania nacional.

Na perspectiva neoclássica, Menezes (2007) lembra que também existem teorias que propalam o uso de moedas próprias pelas comunidades. Uma teoria representativa é a teoria de Schraven (2001), que estabelece que a liquidez das regiões é definida pelas exportações líquidas que elas efetuam, ao invés da política monetária,

como se supõe. Quando as exportações líquidas de uma região são deficitárias, essa região perde moeda, ocorrendo, assim, a sangria do dinheiro para outras regiões, o que faz com que haja aumentos nos custos de procura, informação e transação, e reduzindo a quantidade de bens e serviços trocados nessas regiões deficitárias. Assim, há uma distribuição subótima das trocas potenciais. Uma solução de Pareto seria descentralizar a oferta de moeda, permitindo um tratamento mais flexível aos choques sofridos pelas regiões, o que reduziria as falhas cometidas pelas autoridades monetárias quando tentam prognosticar uma política generalizante.

Vê-se que todas as teorias apresentadas acima (Jacobs, Linton & Soutar, Mundell e Schraven), possuem em comum a tese de que há diferenças regionais em uma nação, que uma política macroeconômica nacional deixa lacunas e que moedas locais podem solucionar esse problema, corroborando a conclusão de Menezes (2007) de que as moedas sociais ocupam um espaço deixado vago pelas moedas oficiais, complementando-as. As moedas sociais são criadas propositadamente para sanar os problemas e limitações das moedas oficiais, dinamizando as trocas e a economia locais.

Vale dizer que Menezes afirma que a perspectiva adotada em seu trabalho está em consonância com a teoria monetária marxista. Com base em Carvalho (1986), a autora conclui que, à semelhança de Marx, “a moeda é percebida como portadora de informações, normas e valores” (Menezes, 2007, p. 25). Cabe reproduzir a passagem usada por Menezes para fundamentar a extração dessa conclusão a respeito da teoria de Marx:

Ao invés do agente racional walrasiano, suspenso no tempo e no espaço, os agentes econômicos em Marx têm motivações e comportamentos historicamente determinados, evoluindo e se alterando com a sucessão de formas de organização social. Por esta razão, conceitos como moeda, apesar de presentes em várias fases históricas, têm significados diferentes em cada uma delas. Para Marx conceitos como produção e moeda apenas adquirem seu pleno potencial explicativo quando localizados historicamente. (Carvalho apud Menezes, 2007).

É importante ressaltar o trecho acima para dialogar com a tese de Soares (2006). Tanto Menezes (2007) quanto Soares (2006) se valem de Carvalho (1986; 1992)

para inferir sobre a consonância ou não da teoria monetária de Marx para a compreensão da moeda e do dinheiro, como subsídio para a análise da moeda social. Menezes não utiliza, nem faz menção à teoria institucionalista, mas a ideia de que a moeda detém informações, normas e valores, comum na tese de Soares, também é subsidiada pela teoria monetária de Marx. Soares parte de uma leitura diametralmente oposta à de Menezes, negando a possibilidade de extrair, da teoria de Marx, essa acepção da moeda. Contudo, ambos os trabalhos vêem na moeda social uma crítica radical ao dinheiro, pois “their emergence is symbolic of a wider movement which is reevaluating the role of money and finance, and which is intent on bringing it back to the social and cultural realm from which it should never have been allowed to escape”¹⁹ (LEYSHON & THRIFT *apud* Menezes, 2007, p. 13).

Mas, o centro da argumentação e a compreensão da radicalidade da moeda social, para Menezes, estão na possibilidade contida nela de ruptura, sobretudo, com a exclusão financeira à qual estão submetidas as regiões periféricas de um território nacional, por meio da descentralização da emissão e do controle monetário. Isso, na visão da autora, não prejudicaria a política monetária nacional, pois, em primeiro lugar, o volume das transações locais em moedas sociais é ínfimo perante as transações com moeda nacional, e, em segundo lugar, essas moedas estão completamente lastreadas na moeda oficial.

Com o que foi dito acima, pode-se concluir que, do ponto de vista da teoria marxista, a autora se referenda em Marx apenas para apresentar o caráter normativo da moeda, mas sua tese está centrada na possibilidade de incluir os excluídos no sistema capitalista por intermédio da moeda social, contrabalançando o processo de globalização moderno com um processo de regionalização da política monetária. Assim, não há uma proposta, como há em Soares (2006), de ruptura com o capitalismo via ruptura com o dinheiro, no caráter de oposição da moeda social com relação ao dinheiro.

¹⁹ “(...) sua emergência é símbolo de um movimento mais amplo de reavaliação do papel do dinheiro e das finanças, que tenta trazê-los de volta ao domínio social e cultural do qual nunca se deveria ter permitido que escapassem” (Tradução nossa).

CAPÍTULO 3 – DAS ABORDAGENS DA MOEDA SOCIAL E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesta seção serão abordadas de forma sintética as teorias da economia solidária, permitindo compreender as concepções de mundo e os projetos políticos que estas ensejam. A criação de bancos comunitários e clubes de trocas que se valem da moeda social são algumas das estratégias difundidas por tal teoria, dentro de um arcabouço de crítica ao capitalismo, seja enquanto sistema econômico – o que envolve a sua totalidade, seja quanto às conseqüências que ele traz pelas suas imperfeições, conforme a vertente analisada.²⁰

Os diversos autores que desenvolvem trabalhos sobre a Economia Solidária apresentam divergências radicais em suas teorias. Assim, o conjunto dessas teorias não é homogêneo como mostrou Vieira (2005), analisando as teorias de Singer, Coraggio, Gaiger, Mance e Arruda, focando fundamentalmente suas teorias de crítica ao capitalismo, de transição entre o atual sistema e o sistema proposto e a utopia desse último. Diante disso, serão arroladas brevemente as teorias dos referidos autores, permitindo transitar um pouco pelos extremos das teorias da economia solidária, passando-se pela proposta de construção do socialismo até a reestruturação do mercado capitalista em um outro mercado, o “mercado solidário”. Além disso, colocar-se-ão as posições desses autores sobre a moeda social.

Vale salientar que a compreensão da teoria (ou teorias) da economia solidária é de suma importância para a análise da moeda social, uma vez que, conforme exposto no capítulo 1 (seção 1.1), esse objeto guarda intrínsecas relações com o modo como se dá a produção e a reprodução da vida, não sendo o dinheiro apenas moeda, ou seja, meio de troca e unidade de conta, como defendem algumas correntes na teoria econômica. E, a

²⁰ Como a economia solidária, ou economia social como também é conhecida internacionalmente, confunde-se com o próprio movimento cooperativista, há diversos autores contemporâneos que têm teorizado sobre a economia solidária, sobretudo, na Europa, berço do movimento cooperativista influenciado pelos teóricos do socialismo utópico no século XIX como Robert Owen. Há também uma diversidade de experiências atuais na Alemanha, França, Espanha, entre outros, conforme relatos de Müller-Planterberg (2005) e França Filho & Laville (2004). Nossa análise, contudo, se restringirá a autores brasileiros e latinos, bem como, mais adiante, a relatar as experiências brasileiras com a moeda social. Cabe registrar, porém, que, segundo consta, a difusão do termo Economia Solidária dever-se-ia à insistência do Prof. Paul Singer (titular aposentado da FEA-USP e atual secretário nacional da Economia Solidária) em sua defesa dessas experiências e do caráter necessariamente solidário que elas portariam.

moeda social é, antes de mais nada, uma tentativa prática do conjunto de ideias da economia solidária de revolucionar ou reformar a sociedade capitalista contemporânea. Em última instância analisar se a moeda social é dinheiro ou moeda no conceito da teoria de Marx implica analisar a capacidade da economia solidária de romper com o movimento de valorização do valor que passa pela esfera da circulação de capital e pela esfera da circulação de mercadorias. No fundo, a análise da proposta de radicalidade da moeda social, isto é, da possibilidade de ela romper com o dinheiro, passa, em alguma maneira, pela análise da radicalidade da economia solidária.

3.1 A teoria de Singer da revolução social da economia solidária

Partindo de uma avaliação sobre os fracassos das tentativas anteriores de construir o socialismo por via da estatização dos meios de produção e do planejamento central da produção, fortemente simbolizados com a queda do muro de Berlim, Singer defende que outro tipo de socialismo terá que ser buscado nos interstícios do próprio modo de produção capitalista, sendo inclusive um outro modo de produção que coexiste e concorre com aquele, como aconteceu, segundo o referido autor, com o modo de produção capitalista, o qual surgiu e por muito tempo ficou no interior do sistema feudal, até se tornar o modo de produção dominante.

Para defender essa tese, Singer (1998) lança mão da diferenciação dos conceitos de revolução política e revolução social, tratados por Hobsbawm. Ele enfatiza que as revoluções políticas possuem um papel importante na legitimação das alterações políticas e sociais sofridas na sociedade por meio de inovações institucionais, porém não são a fonte dessas transformações, pois, tais revoluções são “episódios bem delimitados no tempo, em que é possível reconhecer o emprego genérico da violência” e “nenhum processo de transformação estrutural que dura séculos pode ser ‘violento’, por mais que esteja pontilhado por episódios violentos.” (Singer, 1998, p. 18) As transformações sociais decorrem de revoluções sociais que são engendradas ao longo, às vezes, de séculos, e não de revoluções políticas que são episódios, por vezes, rápidos e violentos com capacidade limitada de ensejar mudanças radicais e sustentáveis no tempo.

Com isso, ele defende que a Economia Solidária precisa ser uma revolução social, lenta e gradual de mudança da cultura e das relações capitalistas, modificando-as

para uma cultura solidária, contando com os avanços obtidos pelo movimento dos trabalhadores na luta anticapitalista. Ele vê o início disso no bojo do movimento operário, em que:

Analogamente, a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes das lutas do movimento operário contra certas tendências iminentes do capitalismo, como a concentração da renda e da propriedade, a exclusão social (que toma a forma predominante do desemprego) e a “destruição criadora” de empresas e postos de trabalho. (idem, 1998, pág. 19)

Depois de discorrer sobre a revolução capitalista, que se tratou, conforme dito, de uma revolução social que ocorreu em meio ao feudalismo, em diferentes períodos em cada local, Singer desenvolve em *Uma Utopia Militante* a tese de que a “revolução social socialista” já está em gestação a partir das reações anticapitalistas dos trabalhadores. Em *Uma Introdução à Economia Solidária*, ele diz que “a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.” (idem, 2002, p. 24). Tais reações culminaram no desenvolvimento dos sindicatos e das cooperativas, além do avanço democrático, exemplificado com o sufrágio universal e com a seguridade social.

A democracia tem um papel fundamental para o desenvolvimento socialista, pois “à medida que o capitalismo desencadeia concentração de renda e da propriedade, exclusão social e destruição de empresas e empregos tornados tecnicamente obsoletos, as vítimas destas tendências sempre têm a possibilidade de usar de seu *status quo* de cidadãos para mobilizar o poder do estado em seu favor.” (idem, 1998, p. 116)

Cabe aqui um parênteses para dizer que o autor não entra na questão sobre se tais avanços democráticos não podem ser usados como meio de se manter as rédeas do movimento operário. Segundo Mandel (1994), o Estado burguês, a serviço dos capitalistas, concebe direitos sociais - incluindo o aumento da participação democrática dos trabalhadores nas decisões políticas – como uma ofensiva preventiva, isto é, para que os trabalhadores se sintam temerosos em se envolver intensamente na luta

anticapitalista faz se necessário dar concessões, com o intuito de que estes tenham medo de perder o que já foi concedido.²¹

O cooperativismo, inspirado nos princípios de Rochdale (1844), é um dos elementos socialistas presentes na sociedade com um elevado potencial transformador para a ‘revolução social socialista’, posto que tem “todas as condições para a desalienação do trabalho”, junto com a gestão democrática exercida pelos próprios trabalhadores e a repartição dos ganhos econômicos (Singer: 1998, p. 128). Além desses princípios, o movimento da economia solidária prega a valorização do trabalho humano, o estabelecimento de uma relação atenta ao meio ambiente, a formação contínua dos trabalhadores e o princípio da “porta aberta”, em que novos entrantes sejam aceitos nas cooperativas.

A economia solidária floresce fundada na “tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante.” A superioridade deste outro modo de produção, nas palavras do autor, se deve ao fato de que as pessoas podem se desenvolver social e culturalmente de forma plena, mais humana, com uma qualidade de vida melhor que a atual.

No que se refere à moeda social há pouco material em que Singer exponha suas considerações acerca desse instrumento usado pela Economia Solidária. Singer (2002) apresenta a estratégia de uso da moeda social em Clube de Trocas (CT) como um meio para contornar a falta de dinheiro que caracteriza seus participantes, impedindo-os de consumir algo haja visto que não conseguem vender o que produzem, porque os demais também se encontram na mesma situação, sem dinheiro, o que restringe a divisão social do trabalho. Assim, quando o CT cria a sua própria moeda pode estimular novamente a atividade produtiva de seus membros, os quais passam a ter a oportunidade de escoar os produtos de seus trabalhos. Isso pode ser intensificado com a incorporação de

²¹ “Entre más poderoso se hace el movimiento obrero dentro de la sociedad más grande es el peligro de que las crisis económicas o las grandes oleadas de huelgas lleven a explosiones políticas o a situaciones prerevolucionarias, y maior es la necesidad de que el estado burgués ejerza una nueva función: la de administración de la crisis. Esta puede tomar la forma de una ofensiva de legislación preventiva. Puede tomar la forma operativa de intervención estatal en la economía para reducir la escala de las fluctuaciones cíclicas” (Mandel, 1994, p. 225). Como se sabe, Gramsci (1991), em outra chave, vai tratar da mesma questão ao estabelecer o conceito de hegemonia.

comerciantes locais aos CT, os quais passam a aceitar cotidianamente a moeda social e, inclusive, usando-a para assalariar membros da comunidade.

Em entrevista concedida à Agência Brasil em abril de 2009, Singer aponta que a maior importância da moeda social não se encontra na esfera econômica, mas na sociabilidade entre pessoas que antes estavam às margens da sociedade, isoladas, muitas vezes, em razão de se encontrarem desempregadas. Ele ressalta o caráter de intersubjetividade proporcionado pela moeda social, uma vez que ela gira em torno de uma comunidade específica, fortalecendo a identidade e os laços comunitários, permitindo inserir aqueles que estão excluídos. Contudo, ele não deixa de colocar o papel econômico dessa moeda como uma “proteção contra a competição externa que é, geralmente, de empreendimentos capitalistas, supermercados e grandes lojas, por exemplo”. Assim, a moeda social asseguraria aos pequenos produtores e comerciantes locais um mercado consumidor maior, fomentando, com isso, a entrada nesse mercado local de pessoas antes sem ocupação ou com necessidade de complementar a renda familiar.

Na referida entrevista, quando perguntado sobre o que pode colocar em risco o equilíbrio do CT, incluindo-se aqui a moeda social, Singer diz que o acúmulo de moedas sociais, “dinheiro” nas palavras dele, por parte de pessoas que apenas vendem nesse espaço pode desequilibrá-los. Nesse, caso ele defende que deve haver intervenção da direção do CT no sentido de pressionar para que tal pessoa coloque a moeda social para circular, realizando compras. Vale ressaltar que isso ocorre em detrimento do fato de a moeda social não portar juros. Segue abaixo a transcrição da fala de Singer:

Podem haver pessoas que nunca compram, só vendem. Ficam acumulando dinheiro. Isso é ruim para o clube porque o dinheiro fica estocado. A pessoa não ganha nada com isso porque não rende juros e os outros membros do clube não têm para quem vender. Nesse caso, cabe até uma interferência. Tem que haver pressão, inclusive, algumas vezes, dando prazo para essa pessoa gastar o dinheiro. Acumular dinheiro na economia solidária é contra o interesse geral. (Singer, 2009, Entrevista concedida a Agência Brasil)

Esse trecho é bastante emblemático para os propósitos desse trabalho. Vê-se que ainda que não se queira dar à moeda social a terceira determinação, que qualifica o

dinheiro enquanto tal, nada garante que as pessoas não vão entesourar, muito pelo contrário, o mercado onde essa moeda circula precisa de um vigilante para tentar impedir que isso aconteça. Logo, o fato de a moeda social não encarnar o capital portador de juros não impede que as pessoas vejam nela o tesouro, ou a mercadoria que é a mãe de todas as mercadorias. Adiantando, essa passagem é útil para questionar a efetividade da moeda social enquanto estratégia para romper com o fetichismo do dinheiro, como advoga Búrigo (2000).

Segue abaixo outro trecho bastante interessante que está contido na mesma entrevista de Singer à Agência Brasil:

O acúmulo de capital pode ocorrer para os integrantes do grupo, mas não dentro do clube de trocas. Há acumulação quando eles criam, por exemplo, o Palma Fashion, que é uma cooperativa de costureiras do Conjunto Palmares que fazem roupas, desfiles e conseguem vender sua produção. As costureiras criaram um mercado e estão produzindo. Aí sim, na cooperativa, cada costureira teve que entrar com um valor para que pudessem comprar tecido, linha, máquinas de costura. Nesse caso, há sim acumulação de capital, mas dentro do clube de trocas, não. O que acontece é que se cria um mercado onde não havia. (op. cit.)

Discordando de Singer, consideramos que os Clubes de Trocas, ou os mercados em que circulam as moedas sociais, assim como qualquer outro mercado, permitem a acumulação de capital. Ora, uma das vantagens da moeda social – dar liquidez a regiões periféricas que de outra forma ficariam excluídas do processo de reprodução material da sociedade – implica na verdade a aceleração da circulação de mercadorias, que é condição *sine qua non* da circulação de capital; sem com isso negar o mérito que tem a moeda social de promover o acesso a bens de primeira necessidade às populações mais pobres. Logo, a criação de “um mercado onde não havia” (*ibidem*) acelera a circulação de capital. A acumulação de capital ocorre, portanto, nem dentro, nem fora, mas por meio dos espaços onde circulam as moedas sociais. Assim, para afirmar mais uma vez, ainda que a finalidade da circulação de mercadorias nesses espaços seja o valor de uso do produto do trabalho humano, nada impede que isso faça começar a roda da acumulação.

3.2 Euclides Mance e o revolucionamento do consumo solidário

Em sua construção teórica do que é e como deve operar a economia solidária, por meio da constituição de redes, Euclides Mance baseia-se na teoria da complexidade²² e na filosofia da libertação (Mance, 2002; Vieira, 2005). A teoria da complexidade integra a concepção sistêmica da ecologia e da cibernética, por exemplo, em que há relações entre diversidade, fluxos e processos entre os elementos destas relações, a reprodução das partes, a possibilidade de transformação das partes, dos fluxos e do todo, entre outros. A filosofia da libertação, em algumas vertentes, defende que os sujeitos históricos da revolução e da sua teoria são oriundos das classes populares. Aos intelectuais cabe problematizar, considerar suas diferentes formas e investigar as contradições da teoria e da suposta revolução desencadeada pelas classes populares, contribuindo com estes por meio do diálogo sobre tais reflexões. Há aqui a influência de Paulo Freire com sua teoria de processo humano de subjetivação, em que a construção da transformação social se dá por intermédio do diálogo e da problematização constantes; e da defesa do movimento de ação e reflexão, onde teoria e prática são mediadas pelo diálogo. (Mance, 2002; Vieira, 2005; Freire, 1987) Nas palavras de Mance, “a teoria, nesse caso, surge da práxis e a ela retorna buscando qualificá-la para que possa ser mais eficaz como elemento de libertação.” (Mance, 2002, p. 27)

De forma similar aos demais teóricos da economia solidária, Mance parte de uma crítica ao capitalismo para em seguida justificar a economia solidária como uma

²² De acordo com Eleutério Prado (2009) a teoria da complexidade parte de uma crítica ao reducionismo metodológico clássico, em que as partes são estudadas em unidades separadas para depois serem agregadas em um todo divisível. Na construção de uma outra metodologia científica existem três concepções de complexidade: i) a concepção dedutivista, oriunda da *Teoria Geral dos Sistemas* de Bertalanffy (1945), que ainda dentro da ciência positiva estabelece o sistema como um “conjunto de elementos observáveis entrelaçados por nexos exteriores, cujo funcionamento em processo depende de causalidade direta e indireta, recíproca e circular, pró e retro-alimentadora” (op. cit, p. 16-17), fazendo uso abundante de modelos dinâmicos computacionais para simular padrões macroscópicos a partir de interações microscópicas; ii) a concepção saltacionista, derivada do *Sistema de Lógica* de John Stuart Mill (1843), em que o sistema tem o seu próprio poder de determinação, por meio de mudanças qualitativas chamadas de emergência, não podendo ser reduzido as suas partes unitárias, as quais possuem propriedades particulares e estabelecem relações que as unem em uma unidade superior, concebido numa perspectiva evolutiva e diacrônica; e, iii) numa concepção estruturalista, uma proposta de ruptura da visão científica mecânica e instrumental, colocando que, ao contrário das concepções anteriores, os elementos do sistema vinculam-se de forma constitutiva internamente entre si, formado por relações de oposições e duplicidades e que a totalidade do sistema está em constante mutação por fatores internos e externos.

alternativa ao referido sistema. Esta crítica dirige-se, fundamentalmente, aos resultados deste sistema, como a alta concentração de recursos materiais nas mãos de um grupo diminuto da sociedade, o controle hegemônico do poder político, a redução do mercado consumidor relacionado à tendência de queda da taxa de lucro e ao declínio da massa de salários, o aumento do desemprego, entre outros. Também realiza uma crítica às concepções éticas e morais capitalistas, pois estas não levam em consideração o chamado “bem viver pessoal e coletivo”, além de ignorar o respeito ético entre os diferentes e a liberdade civil e política.

Em contraposição ao paradigma da escassez, que gera um critério inadequado de riqueza, ao desconsiderar os bens disponíveis que não são escassos, e que, por vezes, força a existência de escassez para gerar maior valor econômico (como ocorre com a destruição de alimentos, mesmo que pessoas estejam passando fome), tem-se a ideia de riqueza ligada às condições favoráveis ao espírito ético e à liberdade. (Vieira, 2005) Isto se fundamenta no fato de, para Mance, “a finalidade da vida humana” ser a “ética realização do livre bem viver pessoal e coletivo”. (Mance *apud* Vieira, 2005, p. 134) Assim, quanto mais próxima disto estiver a sociedade, mais rica será ela.

Ao contrário de Singer que reproduz em sua teoria os traços seguidos pela revolução capitalista, para erguer as bases da revolução da economia solidária, Mance alega que diferentemente da primeira, surgida a partir de transformações econômicas relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas que, por sua vez, provocaram mudanças políticas, a revolução solidária inverte esta sequência histórica, pois trata-se, em um primeiro momento, de uma revolução política, a qual acarretará transformações econômicas e culturais. Além disto, ele nega a crença em uma evolução linear do capitalismo, de modo que este seria extinto e/ou superado. Porém, como Singer, ele vê, de forma ambígua, na expansão paulatina da economia solidária a superação do modo de produção capitalista, pois trata-se de uma “viável alternativa pós-capitalista” (Mance, 2002, p. 23; Singer, 1998, 2001).

As transformações radicais da sociedade, para Mance, estão condicionadas à participação dos sujeitos históricos, atrelada às possibilidades abertas pelo contexto histórico, como as existentes hodiernamente em função do nível tecnológico atingido. A economia solidária pode se expandir e se desenvolver por meio das “colaborações solidárias em redes”, pois tais colaborações permitem a geração de postos de trabalho e

de renda, possibilitando, concomitantemente, crescimento econômico e expansão das liberdades públicas e privadas. Além disto, “a grande vantagem das redes frente às demais formas organizacionais anteriormente conhecidas é a sua capacidade de adaptação e flexibilidade aos cenários imprevistos”²³ (Mance, 2002, p. 276).

O entrelaçamento entre a produção e o consumo é central para a expansão da economia solidária, uma vez que cria um outro mercado, o mercado solidário, que retroalimenta as práticas solidárias e isola, cada vez mais, o mercado capitalista. Isto faz com que as unidades produtivas solidárias possam vender toda sua produção, gerando excedentes econômicos a serem reinvestidos de modo a ampliar extensiva e intensivamente este mercado em cada localidade, bem como as relações entre os mercados locais. O autor diz que, dentro disto, a economia solidária opera sobre economias de escopo, diferentemente da capitalista, a qual está estruturada na economia de escala (Vieira, 2005).

Papel destacado é dado nesse entrelaçamento ao consumo, “uma vez que é no consumo que a produção se completa, e que este, (...) tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral” (Mance, 2002, p. 40). Resumidamente, além de permitir aos empreendimentos econômicos solidários que eles vendam toda sua produção e gerar demanda por novos bens e serviços no mercado solidário, conforme dito anteriormente, o consumo solidário gera novos postos de trabalho, distribui renda por meio da incorporação de mais trabalhadores, preserva o equilíbrio do ecossistema – em função do nível de conscientização característico deste consumo, permite, através dos reinvestimentos dos excedentes, reduzir a jornada de trabalho, elevando, conseqüentemente, o tempo livre e o padrão de consumo de cada integrante da economia solidária.

Afinal no que consiste e o que motiva o consumo solidário, tão enfatizado por Mance? Com o intuito de delimitar conceitualmente o consumo solidário, o autor em questão, cria a seguinte tipologia de consumos: i) consumo alienante; ii) consumo compulsório; iii) consumo crítico; e, iv) consumo solidário. O primeiro, é, nada mais nada menos que, o consumo capitalista em si, baseado nos modismos e no marketing

²³Para Mance redes solidárias são articulações entre diferentes empreendimentos e atores da economia solidária, com o intuito de fazer com que os grupos utilizem ao máximo possível insumos e matérias-primas produzidas por outros grupos da economia solidária, bem como suas demais demandas.

que produzem a subjetividade do consumidor. O segundo refere-se ao consumo compulsório dos pobres, que independe, muitas vezes, do desejo, e que se fundamenta na sobrevivência dos mesmos. O terceiro tipo de consumo é praticado por aqueles que não são levados pelo consumismo capitalista, que possuem uma visão própria do que consumir a partir da sua concepção de bem-viver. Finalmente, o consumo solidário avança em relação ao consumo crítico por se basear não só no bem viver individual, mas também no bem viver coletivo, seguindo por isto normas éticas e morais, ou os princípios da economia solidária com ampla dimensão, como o respeito aos ecossistemas e à diversidade. Pode-se dizer que, aqui, a conscientização, ou o “esclarecimento” dos indivíduos, atinge um elevado grau. O autor ressalta que apesar do papel preponderante do consumo solidário, sem o fomento à produção e comercialização solidárias, ele não poderia existir.

Com relação ao papel a ser desempenhado pela moeda social, Mance (2002) não concede a ela um papel importante, pois não é ela que garante a construção de outra sociedade. Para ele, a moeda social pode reproduzir concepções do modo de produção capitalista existentes no dinheiro. O que promove esta construção almejada pela economia solidária é o caráter consciente e militante dos indivíduos, dentro de uma rede de sociabilidade em que os valores morais e éticos são permanentemente controlados de forma coletiva. Nas palavras de Mance, “não é a adoção de um certo tipo de moeda que circule em mercados maiores ou menores o que permite mover os indivíduos a viverem segundo princípios morais solidários ou impedir relações econômicas injustas” (*idem*, 2002, p.303).

Isso se justifica na compreensão que o autor tem de que a “circulação do dinheiro, seja qual for a moeda, é apenas um fenômeno aparente que revela um aspecto do fluxo econômico de valor”. A base para a melhoria do padrão de consumo está na produção, no trabalho “que gera valor de uso que pode converter-se em valor de troca e valor econômico”. Para isso, parte dos excedentes da produção terão que ser reinvestidos, ao invés de serem incorporados pelo consumo final. Esta é a única fonte para se gerar valores maiores. A moeda social, assim como as demais moedas, oculta a “produção social do valor que se conclui sempre no consumo” (*idem*, 2002, p. 300).

Além disto, Mance não se mostra favorável às políticas monetárias adotadas pelos clubes de trocas, por exemplo, para incentivar o consumo em detrimento da

acumulação, como o processo de oxidação/desvalorização periódicos das moedas sociais difundido em práticas da economia solidária, denominado por ele de “monetarismo social”. Trata-se de uma tentativa artificial de alterar as variáveis reais pelo lado monetário, o qual nem sempre recai sobre o movimento da produção. Uma saída mais efetiva seria fomentar ações coletivas de reinvestimento da produção por meio de uma poupança solidária, por exemplo, que iria ao encontro da expansão das redes colaborativas, permitindo a estas produzirem produtos que ainda são consumidos do mercado capitalista. É pouco adianta, no sentido de uma transformação social, fazer com a moeda perca seu valor para forçar as pessoas a consumirem e não acumularem, no máximo o que se gera permanece no consumismo desnecessário que já conhecemos bem.

3.3 Marcos Arruda e a ênfase na moeda social para humanizar a economia

O cerne da teoria de Arruda está na crítica à posição que o homem assume na sociedade capitalista, sendo que ele se coisifica com a competição agressiva existente e a divisão do trabalho levada ao extremo, enquanto o capital adquire *status* de gente; enfim, para ele a humanidade vive uma crise civilizatória, no qual o amor, a confiança e o sentimento de reciprocidade e de cooperação inerentes ao homem foram adulterados. Para ele, o pressuposto da natureza do homem é o contrário daquele que está implícito no capitalismo, que é o de que “el ser humano es un animal competitivo y predador por naturaleza, y que el individuo – persona o colectividad – tiene que combatir los otros para garantizar su supervivencia y sus beneficios a cualquier coste” (Arruda, 2007, p. 1). Somos “naturalmente solidários”, um exemplo dado por ele que leva à essa tese é que para caçar e coletar o homem primitivo agia em grupo, em cooperação, o que favorecia a todos do grupo (Vieira, 2005, p. 128). Um contra-argumento a isso, é que no contexto selvagem o trabalho em grupo não era apenas uma escolha, mas uma questão de sobrevivência.

Na exposição que Vieira (2005) desenvolve sobre a teoria de Marcos Arruda fica latente o uso de uma teoria da alienação, do fetichismo, como um elemento fundante da construção de uma teoria da economia solidária, ou do amor como ele se refere às vezes. Isto está em diversas passagens, como na afirmação de que o capital

teria “deificado o dinheiro, o lucro e a técnica e, simultaneamente, codificado o ser humano”; e que a divisão do trabalho “reduz o trabalhador a mera mão-de-obra, subordina ao capital sua criatividade e seu próprio direito à vida” (*apud* Vieira, 2005, p. 118-119).

Fica muito clara a influência de Marx, com a teoria do fetichismo, e de Rousseau com o famigerado aforismo de que “o homem é bom por natureza, a sociedade é quem o corrompe” em Arruda. Tal autor é muito conhecido por falar na volta à humanização e na amorização da economia, e do próprio homem, o que mostra a concepção romântica que ele tem do Homem²⁴.

O autor também bebe da fonte da economia ecológica, tendo como referência o autor Herman Daly. “La economía ecológica acepta los limites del espacio ambiental, e integra la necesidad de su distribución justa entre comunidades y pueblos, así también entre generaciones”. A economia solidária abarca a economia ecológica, uma vez que se “orienta a la construcción de una sociedad en la equidad y la gestión en las actividades socioeconómicas” (Arruda, 2007, p. 5).

Na contracorrente da equalização entre desenvolvimento e crescimento das teorias econômicas clássicas e em alusão ao conceito de “estado estacionário” de Herman Daly²⁵, Arruda diz que a busca incessante pelo crescimento econômico tem gerado a “centralidade da quantidade em oposição à qualidade” e uma política da obsolescência planejada, em que novos produtos são lançados no mercado para terem uma vida curta, deixando espaço para a sua renovação (Arruda *apud* Vieira, 2005, p. 118).

²⁴ Vale dizer que o debate sobre a concepção de ser humano na economia solidária e a influência que sofre do cristianismo é bastante interessante. Tal discussão foge do escopo do presente trabalho. Contudo cabe registrar que, do ponto de vista de Marx, o homem não pode ser considerado nem intrinsecamente bom, nem intrinsecamente mau. Ele é apenas um ser social que está sendo posto pela história. Ele é um vir-a-ser.

²⁵ Herman Daly trabalha com o conceito de “estado estacionário” - ou condição de estável, como preferia usar José Eli da Veiga nas aulas da disciplina “Introdução ao Desenvolvimento Sustentável” para evitar a confusão com o conceito clássico das teorias macroeconômicas de crescimento - em que o vínculo direto entre crescimento e prosperidade é dissociado, na economia ecológica. Uma economia pode ficar mais próspera, mais desenvolvida, sem que com isso tenha que crescer, como no caso de uma biblioteca que está abarrotada e que passa ter seus livros considerados menos relevantes substituídos por livros novos, sem aumentar o acervo, apenas melhorando sua qualidade (Notas de aula da referida disciplina ministrada pelo Prof. José Eli da Veiga).

Arelada à questão dos limites e necessidades ambientais está a defesa de uma revolução cultural que rompa com o consumismo exacerbado de nossa sociedade e que pare de produzir coisas supérfluas, como artigos de luxo, propaganda e marketing. Essa proposta de revolução cultural, se efetivamente desenvolvida, pode ser a grande contribuição da economia solidária para a mudança de paradigma de sociedade, que talvez deva ser o centro inclusive do que está na ideia de se usar uma outra moeda, a moeda social.

Marcos Arruda é um dos grandes expoentes da economia solidária que mais dá atenção à moeda social como meio de se atingir uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Para ele, a prática da moeda social pode auxiliar no enfrentamento às dificuldades do empoderamento comunitário, que estão, primordialmente, no campo subjetivo com “o medo, o individualismo enraizado, a falta de autoestima, a falta de confiança nos outros, a falta de experiência em compartilhar decisões e trabalhar cooperativamente, a falta de identidade coletiva enquanto comunidade” (Arruda *apud* Vieira, 2005, p. 127).

O uso da moeda social, bem como o consumo ético e consciente, permite integrar nas próprias comunidades a produção, o consumo e a comercialização, pois ambas as práticas possuem “como fuente primera de satisfacción de las necesidades de los bienes y servicios producidos localmente”, o que acaba por consolidar os vínculos sociais existentes numa comunidade (Arruda, 2007, p. 6-7). Arruda (2007) ressalta que o mercado é antes de tudo uma relação social e que por isso a interação entre os sujeitos do intercâmbio deve prevalecer sobre a troca material. Com isso, pode-se depreender que colocar a energia nas trocas locais, como ele propõe, promova essa interação entre as pessoas e a percepção de que a troca é uma relação social. Isso pode ser visto como um dos motivos para a difusão das moedas sociais, uma vez elas são o instrumento utilizado pela economia solidária para intensificar as trocas de um território ou comunidade, forçando uma maior dinamicidade do circuito econômico e social local.

Além disso, ele vê no uso da moeda social um caráter pedagógico, pois:

Las inivaciones socioeconómicas como el dinero social, las finanzas sociales, o los presupuestos participativos, tienen un poder educativo para la construcción de una nueva economía y sociedad. Son mecanismos socioeconómicos que han demostrado que es posible construir comunidades relativamente autosuficientes centradas em la calidad de vida y la riqueza de la diversidad humana. Dichos mecanismos suelen favorecer los vínculos sociales y la cooperación, mientras que, por otro

lado, el capitalismo propicia la competitividad, la avaricia, la concentración de riqueza, y la inseguridad social. (Arruda, 2007, p. 10)

As ideias acima embasam a percepção de que a moeda social tem a capacidade de romper com o fetichismo do dinheiro, conforme coloca, por exemplo, Búrigo (2000), acrescentando que o mercado em que essas moedas paralelas funcionam não são mercados capitalistas.

Retomando a discussão apresentada no capítulo 1, para romper com o fetichismo do dinheiro faz-se necessário romper com o fetichismo da mercadoria, isto requer a superação da forma dominante de produção de mercadorias, em que as necessidades humanas são satisfeitas não pela finalidade de satisfazerem necessidades humanas, mas pelo fato de terem valor. E na proposta da moeda social, a moeda teria que ser outra coisa que não dinheiro, mas como já dito, *‘enquanto o valor de troca for a forma social dos produtos, é impossível eliminar o dinheiro’* (Marx *apud* Roldolsky, 2001, p. 101). Logo, a produção da economia solidária teria que ser pautada por outra coisa que não o valor de troca dos produtos do trabalho humano. Mas é pouco provável que isso aconteça, uma vez que os empreendimentos produtivos da economia solidária para se reproduzirem precisam se orientar pelo mercado, convivendo e concorrendo com as empresas capitalistas.

Ademais, há uma redução da compreensão do que é o dinheiro na teoria de Arruda idêntica à da teoria quantitativa da moeda, pois, para ele, “los recursos financieros, como el dinero (...) son ‘la sangre’ que lleva energia a la economía, alimenta las células del organismo social e hace viable su reproducción ampliada” (Arruda, 2007, p. 10), ou seja, o dinheiro figura apenas como um mero facilitador das trocas em razão de sua função de ser meio de troca, o que é diametralmente oposto ao que foi apresentado na teoria do dinheiro em Marx. O dinheiro vai muito além disso.

Continua ele, “recuperar el papel del dinero como símbolo de productos que resultan del trabajo humano y de medio facilitador de los intercambios es uno de los retos fundamentales de una economía de solidaridad” (*ibidem*). Ora o dinheiro jamais deixou de cumprir o que ele propõe que seja recuperado, a circulação de mercadorias é um momento da circulação do capital. Se o intercâmbio de mercadorias for interrompido, a valorização do valor, portanto, a circulação do capital também será

interrompida. O que se quer é fazer com que o movimento seja apenas da circulação de mercadorias, em que a finalidade da relação social está fora da circulação, em que a finalidade é o valor de uso. Mas, a circulação de mercadorias é parte integrante e constitutiva da circulação de capital, se a mercadoria não for vendida, ou consumida por algum sujeito, não poderá o valor se valorizar.

3.4 Coraggio e Gaiger - a contaminação das Economias do Capital e Pública pela Economia do Trabalho

Seguindo Vieira (2005), os trabalhos de Coraggio e Gaiger devem ser consideradas em conjunto, dada a complementaridade existente entre eles. Coraggio é economista argentino, professor titular da *Universidad Nacional de General Sarmiento* (UNGS) e Gaiger, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, dedicando-se aos estudos das experiências de economia solidária no Brasil com influência da teoria de Coraggio.

Coraggio conceitua não apenas a economia solidária, mas também a economia popular²⁶ e a economia do trabalho, colocando em evidência as diferenças e as interrelações entre elas, bem como as interferências da economia capitalista e pública sobre as mesmas. Ele ressalta que “es mejor no usar los termos como sinónimos (popular=solidário=del trabajo) sino afinar los conceptos aprovechando la variedad de términos existentes” (Coraggio, 2001, p.5).

A economia popular tem como centro a unidade doméstica e não o indivíduo ou a microempresa, ou seja, ela é entendida como uma extensão da economia doméstica, que por sua vez, funda-se no conceito de fundo de trabalho usado pelo autor, que são as capacidades dos indivíduos de satisfazerem suas necessidades pela aquisição

²⁶ Como um complemento à elucidação do que vem a ser a economia popular, que não deve ser confundida com a economia informal, pode-se dizer que “tendo os trabalhadores a posse e/ou a propriedade individual ou associativa dos meios de produção, ao invés do emprego da força de trabalho alheio, o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata como também para produzir um excedente que possa ser trocado, no mercado da pequena produção mercantil, por outros valores de uso. Não se caracterizando pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho, o trabalho se constitui no principal fator de produção, constituindo-se como a gênese e, ao mesmo tempo, resultado do conjunto dos demais fatores do processo de produção de bens e serviços.” (Icaza & Tiriba, 2003, p. 104) Esse conceito está em consonância com o exposto por Coraggio e Gaiger.

direta ou indireta de produtos, objetivando a reprodução da vida dos membros da unidade doméstica. O avanço da tecnologia tem desvalorizado essas capacidades acumuladas nos fundos de trabalho. A economia popular, ainda no conceito de Coraggio, abrange o “conjunto de unidades administrados pelas famílias, a estrutura e qualidade da oferta de trabalho, a geração de renda e o intercâmbio com a economia empresarial e a economia estatal” (Vieira, 2005, p.149).

A economia solidária, ou sócioeconomia solidária, tem “un espectro pluralista de propuestas que tienen un marco común: el efectivo desarrollo de lo humano en todas sus dimensiones, atendiendo especialmente a la relación entre cultura y economía popular” (Coraggio, 2001, p.5). O autor destaca as seguintes dimensões da economia solidária: i) uma crítica ao pensamento econômico dominante; ii) uma ação prática de crítica a realidade no qual o mercado tem se autonomizado da sociedade e da política; e iii) um componente utópico que coloca a solidariedade acima do individualismo e da competição. Todavia, reconhece que a economia solidária “não é [um mundo de valores positivos e de solidariedade] nem poderia ser assim, porque ele faz parte da sociedade capitalista e, portanto, em parte, é resultado da subordinação cultural no interior do sistema capitalista”. (idem, 2000, p. 109)

Enquanto movimento político e econômico, que no hemisfério Norte tem como foco as questões locais e ambientais e no Sul, a transformação das relações de poder, com a democratização do Estado, do poder político e das relações econômicas, a economia solidária deve fazer parte da economia popular, uma vez que Coraggio vê algumas limitações na capacidade daquela em abarcar essa economia, como a sua insuficiência em conseguir efetivar um outro tipo de globalização.

Tanto a economia solidária quanto a economia popular são partes integrantes do subsistema que o autor chama de economia do trabalho, centrada no trabalho como principal meio de garantir a reprodução ampliada da vida de todos, cuja lógica é a da acumulação do capital humano, capaz de se contrapor fortemente às economias do capital e pública. Essa contraposição não significa que a economia do trabalho substituirá ou eliminará a economia capitalista. Para Coraggio, ela terá um papel complementar ao sistema atual, limitando o poder do capital e dando a ele um tom de responsabilidade social. Ora, o que se quer com a economia do trabalho nessa teoria é a reforma do sistema capitalista.

Como numa cadeia virtuosa, espera-se que a economia solidária se expanda para a economia popular de modo a se transformarem na economia do trabalho, defrontando-se assim com os dois outros subsistemas da nossa sociedade. O horizonte traçado pelo autor é “que esse conjunto magmático que conforma a economia dos setores populares se transforme e se desenvolva até se conformar num sistema de economia do trabalho que seja capaz de confrontar (...) a economia do capital e a economia pública” (*Ibidem*, p. 109-110).

Gaiger acrescenta que o “solidarismo econômico” tem, em resumo, as seguintes causas propulsoras: “1) trunfos ou desvantagens da categoria social dos trabalhadores; 2) condição de necessidades dos trabalhadores; 3) grau de adesão aos princípios do solidarismo; 4) competência desenvolvida pelo empreendimento para alavancar recursos externos” (Vieira, 2005, p. 158).

Assim como os demais autores da economia solidária apresentados neste capítulo, Coraggio defende uma reforma do mercado, que busque um outro tipo de mercado mais solidário e cooperativo, por meio de controle e participação democrática nas escalas micro, meso e macrosocioeconômicas. Embora reconheça que os mercados solidários podem ser alienantes quando atingem escala:

Las redes de trueque o los mercados solidarios son mercados, y cuando alcanzan cierta escala donde ya no es posible el reconocimiento pleno e directo del otros, las tendencias a la alienación o a la configuración de estructuras de poder, o las posibilidades de corripición y de privación de lo público se vuleven a hacer presentes. (Coraggio, 2000, p.11)

Na visão dele a importância dos mercados também reside no fato de que não se trata apenas de um espaço para escoar a produção e obter dinheiro, trata-se sobretudo de um espaço em que o produto do trabalho é socialmente reconhecido. Para ele é importante que o produto do trabalho dos setores da economia solidária passem pelo crivo do mercado para terem sua importância reconhecida. Ora o fato de o mercado significar o reconhecimento social do trabalho foi muito bem colocado por Marx, mas ao invés de encarar esse fato com bons olhos ele vê aí uma das irrationalidades do sistema capitalista, haja visto que o trabalho do sujeito só será socialmente válido se ele

conseguir realizar o produto do seu trabalho no mercado, ou seja, *a priori* não há nenhuma garantia de que o trabalho específico que determinado indivíduo realiza é útil para a sociedade. Será pela anarquia do mercado que o trabalho poderá ter relevância social após a efetivação da venda do seu produto.²⁷

Um ponto importante da teoria de Coraggio e de Gaiger, e que os diferencia das visões anteriormente apresentadas, é a defesa da manutenção do trabalho assalariado e a crítica àqueles que “deixam de lado a centralidade do salário” na economia popular (*ibidem*, p.13). Segundo eles, há a “necessidade de lutar não só pelo salário direto e indireto (acesso a bens públicos) mas pelas condições de trabalho assalariado como parte da qualidade de vida.” Os autores vêem a possibilidade de se lutar por uma outra racionalidade da instituição trabalho assalariado, “reincorporando os sindicatos como sujeitos coletivos de uma economia mais solidária” (*ibidem*, p.13). Gaiger acrescenta que a viabilidade dessa nova economia depende da manutenção do emprego e que o diferencial será a inclusão de fatores sociais, ecológicos e a reprodução ampliada da vida nos conceitos de eficiência e eficácia²⁸.

Pouco foi encontrado acerca das opiniões de Coraggio e Gaiger sobre o papel da moeda social na teoria e prática da economia solidária. O que se encontrou faz menção apenas à capacidade existente na moeda social de reforçar laços de confiança e mutualismo nas redes de trocas, uma vez que essa moeda é criada pelo próprio grupo e o que a garante não é força e imponência do Estado, mas sua credibilidade no grupo. A moeda social encarnaria assim a subjetividade do próprio grupo.

²⁷ Como um comentário marginal vale dizer que a questão do que constitui efetivamente o mercado solidário, ou até mesmo, o socialismo de mercado, projeto político da economia solidária, como dito por Singer em um ciclo de debates na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo, realizados em 2008, seria uma contenda interessante a ser feita com base na teoria de Marx.

²⁸ Dentro disso, algo seria eficiente se fosse obtido com os melhores resultados sociais possíveis e com menores impactos ecológicos; por outro lado, a eficácia seria alcançada pela reprodução ampliada da vida de todos.

CAPÍTULO 4 – EXPERIÊNCIAS RECENTES COM MOEDA SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE RELATO

A seguir serão apresentados relatos de algumas experiências com moedas sociais. O primeiro caso trata do uso da moeda social em um clube de trocas, o Clube de Trocas do Jardim Ângela. Em linhas gerais, pode-se dizer, pelo que pude perceber acompanhando o movimento de economia solidária, que os clubes de trocas são marcados pela precariedade e escassez, ao contrário da suposição de que com a moeda social ocorria uma mudança de paradigma, um deslocamento do princípio econômico da escassez para o princípio da abundância (Primavera, 2003). Nesses espaços, há pouca variedade de produtos ofertados e muitos artesanatos, os quais, em geral, não suprem as necessidades prementes dos participantes desses clubes de trocas. Do ponto de vista econômico, ainda impera o princípio da escassez, talvez num cenário mais perverso. Os espaços dos clubes de trocas, como no caso a ser relatado, passam a ter um caráter notório de sociabilização entre o grupo, cujas pessoas se reconhecem e interagem, referenciando talvez o princípio da abundância apenas no campo emotivo e psico-social.

Os demais relatos tratam de experiências com bancos comunitários. Em relação à inclusão econômica, isto é, a satisfação das necessidades humanas de moradores de bairros periféricos, as estratégias dos bancos comunitários conseguem ter maior capacidade de fazer a circulação de mercadorias fluir nesses locais. Em geral, essas experiências têm mais êxito por conseguirem atrair mais investimentos para a região e porque trabalham fortemente apoiadas em programas de microcrédito e de inserção bancária, como acontece com a política de atuação do Banco do Brasil por meio dos correspondentes bancários do Banco Popular do Brasil. Além disso, oferecem maiores incentivos para a participação dos comércios de diferentes portes e produtos. Com a moeda social, esses comércios podem ganhar em escala, o que permite baratear o seus preços de revenda. As campanhas do tipo “Compre do Bairro” (a exemplo do Banco Palmas) e a liberação de créditos de consumo exclusivamente em moeda social são os elementos dinamizadores desse processo.

4.1 O Clube de Trocas do Jardim Ângela

O Clube de Trocas do Jardim Ângela, município de São Paulo, aconteceu quinzenalmente, ao longo do ano de 2008, próximo à Estrada do M'boi-mirim. Ele surgiu como resultado do Programa Oportunidade Solidária implantado pela Prefeitura de São Paulo no período 2001-2004. Esse programa concedia de forma maciça bolsas para os trabalhadores desempregados das periferias de São Paulo, em uma política de criação de 'choque de demanda keynesiano' proposto pelo economista Márcio Pochmann (Bensadon *et alii*, 2006), que era então o secretário municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade. Em contrapartida, esses bolsistas freqüentavam cursos de cooperativismo e economia solidária, tendo como meta, ao final do curso, formar grupos produtivos e estratégias de economia solidária e desenvolvimento local.

Nesse processo de mobilização para a economia solidária, ligado ao Programa Oportunidade Solidária, surgiu o Clube de Trocas do Jardim Ângela em 2002, atrelado também à proposta de evitar a 'sangria dos meios de pagamento' da região, principalmente com a entrada de dinheiro nessas regiões por meio das bolsas concedidas. Ao invés do consumo em grandes redes de hipermercado, tentava-se estimular o consumo em pequenos comércios e produtores da região. A ideia era provocar um efeito multiplicador nas periferias com o uso do recurso das bolsas em consumos que efetivamente gerassem a retroalimentação da demanda e produção locais. A moeda social criada no referido clube de trocas, chamada de Futuro, iria ao encontro dessa proposta de tentar aquecer a economia local.

A fase áurea do Clube de Trocas do Jardim Ângela ocorreu quando a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP)²⁹, fomentadora desse clube de trocas, chegou a incubar³⁰ cerca de 40 grupos produtivos na região, interligando a incubação dos mesmos ao clube, por

²⁹ ITCP-USP é um programa de extensão, vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, criado em 1998 a partir de um grupo de estudos em autogestão coordenador pelo Prof. Paul Singer e por um movimento interno na USP de criação de programas de extensão que atuassem junto às comunidades pobres do entorno da Universidade. Seu papel é de intervir em comunidades da periferia de São Paulo propondo a constituição de empreendimentos econômicos solidários e demais estratégias da economia solidária, como uma alternativa para a geração de trabalho e renda e como uma prática formativa de autogestão.

³⁰“A incubação consiste num processo de educação permanente que visa a autonomia e a emancipação dos grupos incubados. Esse processo visa o desenvolvimento de novas relações de produção e de trabalho sociais, pautadas na democracia.” (Folder da ITCP-USP) Os pressupostos metodológicos da incubação são a Educação Popular, a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

também enxergar nele um espaço para a experimentação da comercialização desses grupos (Bensadon *et alii*, 2006).

O relato apresentado por Bensadon *et alii* (2006) é de que pouco tempo depois houve um forte esvaziamento do Clube de Trocas do Jd Ângela. A avaliação feita naquela época pela ITCP-USP foi de que o insucesso do projeto deveu-se basicamente a dois fatores: i) os grupos incubados não conseguiam obter matérias-primas naquele espaço, além de terem dificuldades de comprá-las fora dali, pela falta de acesso ao crédito; ii) pela carência existente no espaço de produtos de primeira necessidade, que poderiam atender às necessidades materiais mais imediatas dos participantes do clube, bem como atrair novos participantes.

Na tentativa de reanimá-lo foi elaborado e implementado um novo projeto em 2004; o projeto 'Mercado-Escola', que passou a incluir junto ao clube de trocas a ação de um Banco de Trocas Solidárias (BTS), o qual liberou microcrédito no valor médio de R\$ 1.000,00 para cinco empreendimentos produtivos, destinado à compra de equipamentos e capital de giro. Tais grupos pertenciam às áreas da costura, artesanato e alimentação.

Além da concessão e acompanhamento do crédito, o BTS também fazia junto ao grupo do clube de trocas o gerenciamento da moeda social Futuro, efetuando, quando necessário, compras para incentivar as trocas entre os participantes e o controle do lastro, feito em produtos comprados no clube e em alimentos in natura, como feijão, arroz e farinha, que eram doados pela Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, instituição ligada à Igreja Católica. Conta-se que nessa época, em que a moeda social era lastreada em alimento in natura (a taxa de câmbio era de um Futuro para um quilo de alimento ou um Real), o clube de trocas voltou a ter mais participantes e melhores produtos.

Acompanhei o Clube de Trocas do Jardim Ângela em minha atuação na ITCP-USP, principalmente ao longo do primeiro semestre de 2007, na fase final do projeto 'Mercado-Escola' quando a moeda ainda era lastreada em alimentos básicos, dando a ela um caráter notório de assistencialismo. Já naquela época, o espaço passava por um processo contínuo de esvaziamento e de precarização dos produtos trazidos para serem trocados no clube. A queixa e o debate comum entre os participantes colocava que a qualidade dos produtos produzidos pelos grupos era baixa e de que muitos produtos eram usados ou artesanatos que não satisfaziam suas necessidades. Isso impedia que o

Clube funcionasse como instrumento para “descomprimir” a renda de seus participantes, ou seja, liberar parte do orçamento familiar para a satisfação de outras necessidades, uma vez que o clube possibilitaria a satisfação de algumas necessidades básicas.

O espaço era freqüentado por um grupo entre 10 e 15 pessoas, sobretudo, mulheres acima dos 50 anos com renda familiar entre um e três salários mínimos. Dentre os empreendimentos, havia um empreendimento, o E.A., que se destacava pelas vendas no clube, composto por duas aposentadas com mais de 65 anos de idade, as quais produziam sabão e sabonete artesanal e demais produtos de limpeza. De certa forma, esses eram produtos que poderiam proporcionar de modo mais efetivo a descompressão da renda dos participantes, se comparados com os produtos dos demais artesãos, como, panos de prato, bolsas e bonecas de pano. Contudo, essas aposentadas, que sofriam de problemas de saúde como artrite e artrose e cujo trabalho demandava grande esforço físico (no processo de produção de sabão artesanal é necessário bater manualmente uma substância densa, até encontrar a densidade exata para transformá-lo em sabão), para complementar a renda familiar, comumente limitavam o número de unidades a serem vendidas em Futuros, por falta de alternativas para usar os Futuros obtidos.

Retomando nossa principal questão, podemos dizer que o Futuro era moeda e dinheiro, pois continha todas as determinações do dinheiro. Havia participantes que acumulavam Futuros na esperança de encontrarem posteriormente produtos melhores para serem trocados, portanto, o Futuro tinha a determinação de ser tesouro. Além disso, também faziam o cálculo de se valia a pena determinada transação pautados no “mundo lá fora”. Ora não é possível separar o mundo que rege a moeda social do mundo que rege de forma predominante a reprodução material da vida.

Ao Futuro era dado um caráter formativo, de uma outra cultura, de outra intersubjetividade. Contudo sua norma ainda era ditada pela contradição entre valor de uso e valor, que rege a mercadoria e o dinheiro no modo de produção capitalista. Mais uma vez se percebe que esse caráter formativo está não na moeda social, mas no esforço militante e atuante dos organizadores e participantes do Clube no sentido de intensificar sua formação política, bem como, de modo geral, seu conhecimento sobre a sociedade.

Com o passar do tempo, o Clube de Trocas do Jardim Ângela tornou-se primordialmente um espaço de sociabilização e de construção de identidades entre seus participantes. Porém isso, como já ressaltado no presente trabalho, não é intrínseco à moeda social, até porque para que ela seja criada e aceita há que, previamente, ser realizado um trabalho de construção de identidade e de politização, o que evidentemente não brota da natureza das coisas, mas é fruto do trabalho humano.

4.2 O pioneirismo do Banco Palmas

O Banco Palmas, localizado no Conjunto Palmeiras, periferia de Fortaleza-CE, foi o pioneiro na metodologia dos bancos comunitários, implementada atualmente como parte de uma política pública para tornar o microcrédito mais acessível e facilitar a implementação de outros serviços financeiros, no conceito de microfinanças e dentro do debate de inserção financeira e bancária. A partir da experiência do Banco Palmas foram implantados de 2001 a 2010 mais 50 bancos comunitários pelo Brasil, sendo que a maior parte desses bancos está em municípios pobres do Nordeste, financiados pela SENAES/MTE e por governos estaduais e municipais. Os 51 bancos comunitários existentes hoje se articulam na Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

A história da criação do Banco Palmas confunde-se com a história de mobilização do Conjunto Palmeiras, bairro criado em 1973 para abrigar populações que viviam em regiões praieiras de Fortaleza e em favelas que haviam sido inundadas por estarem situadas às margens do rio Cocó, como uma ação de ‘limpeza sanitária’, no contexto da ditadura militar. O remanejamento dessas populações foi feito sem muito planejamento e o local destinado ao abrigo, bastante afastado do centro da cidade, não contava com energia, água encanada, saneamento básico e transporte público (Melo Neto & Magalhães, 2007).

Na tentativa de tornar o local mais habitável os moradores passaram a se organizar realizando seminários que discutiam as problemáticas locais, pensando como pressionar o poder público e quais seriam suas propostas. O primeiro seminário, denominado “Habitando o Inabitável”, organizou a movimentação política da comunidade em torno da questão do acesso à água encanada, com uma história bastante emblemática onde um grupo de moradores descobriu que os ductos principais que abasteciam a cidade de Fortaleza passavam pelo local onde estavam abrigados, o que

suscitou a realização de uma grande manifestação no local por parte dos moradores. Nessa ocasião, ameaçaram explodir os ductos de abastecimento de água se medidas relativas à melhoria das condições básicas de vida não fossem tomadas pela prefeitura. Embora tivessem blefado em relação ao local exato onde se encontravam os referidos ductos, conseguiram mobilizar o governador do Ceará e assinaram um documento que garantia a construção da rede de abastecimento de água no bairro. Do mesmo modo, a partir de um conjunto de mobilizações políticas, conseguiram acessar energia e transporte público (Melo Neto & Magalhães, 2007).

A ideia de um banco comunitário saiu em um desses seminários de planejamento de ações conjuntas para melhorar as condições de vida no bairro, quando no final da década de 90, diagnosticaram que embora o local houvesse se tornado um bairro popular, portanto, urbanizado, com diversos serviços públicos, grande parte dos moradores que atuaram fortemente para tais melhorias estava se mudando de lá para ocupações irregulares, pois era necessário um determinado nível de renda para pagar as contas e taxas dos serviços públicos. Então, a ideia lançada para mitigar esse problema foi a de criar um banco comunitário, que teria o papel de contribuir para a geração de trabalho e renda no local. Assim, em 1998, com R\$ 2.000,00 recebidos de uma doação, fundou-se o Banco Palmas.

Alguns anos depois, em 2001, avaliaram que se criassem uma moeda que circulasse apenas localmente poderiam gerar mais riquezas no bairro, pois as pessoas seriam incentivadas a consumirem serviços e produtos fornecidos no próprio bairro. Assim, aliada à implantação da moeda social, primeiramente chamada de Palmeiras e hoje, Palmas, passaram a realizar campanhas contínuas de consumo local.

Nessa política de desenvolver o bairro, o banco comunitário atua como uma carteira de crédito em Reais, para os empreendedores que precisam comprar matérias-primas e equipamentos fora do bairro, e em moeda social, quando a avaliação é de que o crédito poderá ser usado internamente. A metodologia usada na liberação do crédito baseia-se no aval solidário³¹.

³¹ Metodologia implementada pelo Grameen BanK em Bangladesh, proposta pelo ganhador do prêmio Nobel Muhammad Yunus, em que a liberação do microcrédito passa pela aprovação de vizinhos e demais integrantes da comunidade; colocando como colateral, e ao mesmo tempo coerção, a confiança depositada pelos vizinhos (Yunus, 2000).

Acoplado ao banco comunitário e à moeda Palmas há diversos outros projetos desenvolvimentistas. A experiência deu tão certo que eles passaram a replicar a tecnologia social dos bancos comunitários com a criação em 2003 do Instituto Palmas, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que também abriga juridicamente os bancos comunitários criados, uma vez que não há pessoa jurídica específica que enquadre essa tecnologia. Bancos comunitários passaram a ser criados intensamente nos últimos anos no Brasil e na Venezuela com o apoio do Instituto Palmas.

O fato é que, como adiantado na introdução deste capítulo, a moeda social foi utilizada apenas como um instrumento adicional para desenvolver o bairro. A tabela I, em anexo, mostra alguns números dessa experiência, entre eles mostra que em 2009 o Banco Palmas possuía uma carteira de crédito em Palmas no valor de R\$ 36.000,00 e que cerca de 240 comércios locais tinham aderido à moeda social. O sucesso do Banco Palmas deve-se à sua lógica progressista de buscar melhores condições de vida para uma comunidade bastante pobre e à forma democrática que está contida na proposta de sua atuação. Por exemplo, são realizados mensalmente fóruns comunitários para que se discutam questões que vão desde a gestão do banco a problemas mais estruturais do bairro, no Fórum Socioeconômico Local (FECOL).

Contudo, o processo é contraditório. Apesar de todos os méritos da iniciativa, o que se tem ali não deixa de ser a aceleração da circulação de mercadorias, um momento necessário para a circulação de capital. É inegável que a moeda social cumpriu um importante papel de inserção de pessoas que estavam à margem da circulação de mercadorias, em que a finalidade é o consumo de valores de uso, tanto que hoje está em discussão no Banco Palmas se ainda há a necessidade de manter a moeda social em circulação. Primeiro, conseguiram desenvolver nos moradores a consciência quanto à importância da valorização e fortalecimento da identidade do bairro e do consumo local, e segundo, desenvolveram melhores condições de vida para os moradores, contando para isso, com a captação de recursos de grandes entidades internacionais do terceiro setor. Assim, se é inegável o caráter progressista da experiência, bem como da utilização da moeda social, não é menos verdade que esse sucesso expressa-se como uma intensificação do intercâmbio de mercadorias, ou seja, do duplo constituído pelo valor de uso e valor. Por isso, por mais que haja outras relações sociais envolvidas na

lógica econômica daquela comunidade, a reprodução material da vida continua a se dar preponderantemente pela lógica da valorização do valor.

4.3 Os Bancos Comunitários no município de São Paulo

O projeto focava a implementação de bancos comunitários junto a movimentos de moradia ligados à União Nacional por Moradia Popular (UNMM), que atua com mutirão habitacional, em que o grupo se une, principalmente aos finais de semana, para construir sua moradia. Um dos argumentos usados para a atuação junto a esses movimentos era que, no processo de construção de suas moradias de forma autogestionária, eles construíam fortes laços comunitários, com senso de identidade e confiança recíproca, e desenvolviam experiências práticas de autogestão, de trabalho participativo e democrático. Como tais características estão no centro da metodologia dos bancos comunitários (a proposta de microfinanças perpassa pela tecnologia do aval solidário, sendo que para a liberação do crédito é fundamental que os moradores se conheçam, e no qual a gestão do banco é feita de forma democrática e participativa por meio de fóruns comunitários), a estratégia de implementar os bancos comunitários de São Paulo junto aos movimentos ligados à UNMM mostrou-se bastante adequada.

Assim, cinco bancos comunitários foram implantados, sendo quatro deles ligados ao referido movimento de moradia e um gerenciado pela União Popular de Mulheres (UPM), inaugurados todos em junho de 2009. Os quatro bancos comunitários sediados em localidades construídas por mutirão são: Banco Comunitário Apuanã, com a moeda social Apuanã, localizado na zona Norte de São Paulo, no bairro Filhos da Terra; Banco Comunitário Paulo Freire, com a moeda Freire, localizado na Cidade Tiradentes, na zona Leste; Banco Comunitário Autogestão, com a moeda Moradia em Ação, no Jardim São Luis, zona Sul; o Banco Comunitário Vista Linda, com a moeda Vista Linda, no Jardim Donário, zona Oeste; e o Banco União Sampaio, com a moeda social Sampaio, no Jardim Maria Sampaio, zona Sul, o único não ligado ao movimento de moradia.

A experiência do Banco Comunitário União Sampaio deve ser destacada, pois é um dos locais onde a implantação da moeda social tem tido bastante sucesso, na região do distrito do Campo Limpo. Circulam hoje, em Sampaio, o equivalente a R\$ 2.000,00. Apesar de o valor em circulação ser baixo, a moeda social pouco retorna ao

banco para ser trocada por Reais, como acontece no Jd Apuanã. A dificuldade encontrada pelo banco com a circulação da moeda social está na forma como os Sampaio são colocados no mercado local. Eles entram por meio da liberação do crédito de consumo, porém, o índice de inadimplência com essa linha de crédito tem sido muito elevado. O envolvimento dos comerciantes locais com a UPM, existente desde antes da implantação do banco comunitário, é um dos fatores que explicam o sucesso da moeda no local, junto com o fato de entre as lideranças locais estarem alguns desses comerciantes, que vivem no local, em geral, há mais de 20 anos, caso, por exemplo, da proprietária da loja de cosméticos e do proprietário (e único atendente) do açougue local.

Além disso, em razão de a associação que gerencia o Banco Comunitário União Sampaio ter se constituído como um centro de referência e como promotora da mobilização local, pela sua atuação desde o final da década de 70 nos movimentos contra a carestia durante a ditadura militar e pela urbanização do local, muitas ações têm sido desenvolvidas para refletir, planejar e articular iniciativas que contribuam com o fortalecimento da economia local e com a melhoria da qualidade de vida. Pode-se citar as seguintes ações: realização do Fórum Santo Dias, ao longo de um final de semana de novembro de 2009, em que foram avaliadas e debatidas propostas de atuação nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento local, por exemplo; fóruns mensais desde junho de 2010 para discutir a gestão e as ações do banco, momento em que são apresentados os seus balancetes mensais e demais problemas enfrentados e onde os moradores também podem questionar a sua atuação, bem como tomar determinados encaminhamentos sobre o seu funcionamento. Isso tem auxiliado na aceitação da moeda Sampaio e na identificação dos moradores com a proposta.

Dos quatro bancos comunitários ligados ao UNMM, a implantação da moeda social Apuanã foi a que teve maior êxito. Sua entrada em circulação deveu-se fundamentalmente à maior liberação de crédito de consumo na comunidade, que é feita exclusivamente em moeda social na metodologia dos bancos comunitários. A demanda por crédito de consumo em moeda social relaciona-se à maior aderência dos comércios locais ao projeto, com a aceitação da moeda Apuanã. Para os comércios locais, é do interesse deles aceitarem tal moeda. Contudo, isso depende de que se confie na gerência da moeda social, a qual está vinculada à própria reputação local da entidade que sedia o

banco comunitário. Daí porque as experiências com moeda social associadas às entidades locais de moradores consolidadas e atuantes tendem a ser mais bem sucedidas.

Contudo, avaliou-se no início que havia pouca dinamicidade no circuito da moeda Apuanã, isto é, que o giro dela na comunidade antes de voltar ao banco comunitário para a troca por Reais, ou como pagamento de empréstimos, era pouco intenso. Predominava o seguinte movimento: os moradores tomavam emprestado Apuanãs junto ao banco comunitário e consumiam nos comércios locais, os quais, por sua vez, voltavam ao banco para trocar Apuanãs por Reais. Logo, constatava-se que ainda não havia sido possível dinamizar o circuito das trocas locais com as ações conjuntas do crédito de consumo e da moeda social, embora a entrada dessa moeda pudesse ter contribuído para a expansão das vendas locais.

Na tentativa de minimizar esse problema foi adotada a estratégia de realizar periodicamente feiras de comercialização, sendo limitada aos expositores dessa feira a troca de Apuanã por Reais em 20% do valor de suas vendas. O que se observa é que na semana posterior a essas feiras há sempre maior movimentação de Apuanãs no comércio local. Mas, nada impede que os comerciantes façam o câmbio da moeda social junto ao banco comunitário, para poderem comprar matérias-primas e reabastecerem seus estabelecimentos, ou seja, no fim os comerciantes continuam trocando Apuanãs por Reais. O resultado dessas feiras é, assim, mais o de abrir espaço para a complementação da renda dos moradores do bairro (os quais passam a serem incentivados a produzir coisas que sabiam fazer), do que o de dinamizar o circuito da moeda social local.

No Jardim Vista Linda, pouco sucesso teve a inserção da moeda Vista Linda, pelo fato de que os moradores já contavam com crédito para consumo no mercado formal e tinham acesso muito fácil aos grandes hipermercados, que estão próximos do local, além da maior parte dos moradores possuir meio de locomoção próprio para realizarem suas compras, situação distinta daquela encontrada no jardim Apuanã. O Banco Comunitário Paulo Freire e o Banco Comunitário Autogestão optaram por dar maior ênfase à atuação com o correspondente bancário do Banco Popular do Brasil, dando às suas moedas sociais um papel bastante secundário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto na Introdução deste trabalho, a justificativa para a fundamentação teórica buscada em Marx (1996) para a análise de nosso objeto de estudo reside no próprio arcabouço teórico utilizado pela economia solidária, em sua proposta de construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo e na argumentação utilizada para as práticas com a moeda social, que tentam, partindo da crítica à atuação do dinheiro na sociedade capitalista, resgatar a moeda que existe dentro do dinheiro, ou seja, reduzir o dinheiro a sua função de ser mero meio circulante, de intensificar o intercâmbio entre produtos do trabalho humano. Além disso, defendemos, com base em Paulani (1991), que a única teoria que efetivamente diz o que é o dinheiro, sem se restringir a apenas apresentar as suas relações com o mundo exterior, como o fazem a teoria neoclássica e keynesiana com a exposição das funções do dinheiro, é a teoria de Marx.

Posto isso, buscou-se aqui dialogar com as visões do movimento de economia solidária e de alguns trabalhos acadêmicos acerca da moeda social. Ao colocar as determinações do dinheiro, Marx mostra não só as relações do dinheiro com o mundo, mas também a relação do mundo com o dinheiro, ou seja, o que é que faz o dinheiro ser dinheiro e não outra coisa.

Partindo da leitura de Marx, particularmente dos capítulos iniciais (primeira seção) do Livro I de *O Capital*, a conclusão a que chegamos é que, por maiores que sejam as diferenças entre seu surgimento e sua forma de funcionamento, a moeda social não deixa de ser dinheiro, uma vez que ela, em seu papel de moeda, meio circulante, ainda realiza o intercâmbio entre mercadorias, ou seja, contém em si as contradições objetivas da forma como ocorre a reprodução material da vida no capitalismo. Dentro disso, a moeda social e a economia solidária podem intensificar a circulação de mercadorias, com a finalidade de permitir a inclusão de populações que vivem em regiões periféricas, podendo melhorar suas condições de vida, o que necessariamente é um momento da circulação do capital. Logo, não se pode dizer que o circuito da moeda social está fora do movimento do capital, elemento constitutivo do modo de produção capitalista. Há propostas teóricas da economia solidária que tentam evitar essa entrada no movimento do capital, como a proposta de Mance de fechar o consumo dos

integrantes da economia solidária em uma rede de interação exclusiva do movimento, por meio das redes solidárias, na tentativa de fazer com que a economia solidária enquanto modo de produção seja auto-reprodutora, vale dizer, reponha as condições de si mesma. Mas, os limites práticos para isso são enormes, pois a moeda social tem de entrar, inclusive, na disputa política pelo resultado dos avanços tecnológicos, ou seja, tem de buscar se apropriar do meios de produção altamente desenvolvidos.

À moeda social é creditada a potencialidade de novas relações sociais. Ela é vista, por vezes, pelo movimento de economia solidária como portadora de uma outra lógica política, como elemento de ruptura com o fetichismo do dinheiro. Contudo, defendemos que a lógica que está na moeda social não é diferente da lógica do dinheiro e que a politização creditada à moeda social está no movimento político exercido pelos militantes da economia solidária e da moeda social. É preciso tomar cuidado para, contraditoriamente, não cair no fetichismo da moeda social, dar a ela características que são próprias da ação humana, como a politização, isto é, não colocar no objeto de nossa invenção a autoria do que construímos.

Os méritos da moeda social não estão em sua constituição enquanto “uma moeda explicitamente politizada” (Soares, 2006, p. 134), mas na capacidade de desenvolvê-la como um instrumento para a inserção de comunidades pobres, contribuindo com o desenvolvimento local por meio da interligação entre políticas de fomento à geração de renda e trabalho e a maior liquidez nesses locais, bem como a atração de investimentos com as demais ações, como, por exemplo, a dos bancos comunitários.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.

BENSADON *et al.* “Incubando um Clube de Trocas: Proposta de desenvolvimento local.” In: **I Congresso da Rede de ITCP's**. Recife, 2006.

BÚRIGO, F. L. **Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária**. Florianópolis, 2001. Disponível em: < <http://www.ifil.org/rcs/biblioteca/burigo.htm>>. Acessado em: 10/05/2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORAGGIO, José Luis. “Da economia dos setores populares à economia do trabalho”. In: KRAYCHETE, G. *et alli* (orgs.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000.

_____. **Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa**, 2001. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>> Acessado em: 07/10/2010.

CORAZZA, Gentil. “Marx e Keynes: sobre dinheiro e economia monetária”. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro: Sette Letras, n° 3, p. 554-583, dezembro de 1998.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ICAZA, Ana & TIRIBA, Lia. “Economia Popular”. In Cattani, A.: **A outra economia**. Porto Alegre: Editora Voraz, 2003.

GALBRAITH, John Kenneth. **Moeda: de onde veio para onde foi**. São Paulo: Pioneira, 1983.

GERMER, Claus M. A 'economia Solidária': uma crítica com base em Marx. In: **Colóquio Marx e Engels**, 4º, 2008, IFCH- Unicamp, Anais. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAI5%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m2c5.PDF>>. Acessado em: 25/03/2010.

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIMA, Luciana. Economia solidária pode ser saída para crise, afirma Paul Singer. Brasília, Agência Brasil, 20 de abr. 2009. Entrevista a Paul Singer. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/arquivo/node/340932> . Acesso em: 27 de out. 2010.

LINTON, M.; SOUTAR, A. **The LETSystem design manual**. Courtenay, CA: Landsman Community, 1994. Disponível em: <<http://gmlets.u-net.com/design/home.html>>. Acessado em: 10/05/2010.

MANCIE, Euclides André. **Rede de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

MANDEL, Ernest. Administración e Realización de Ganancias: el crecimiento de las burocracias burguesas. In: **El Poder y El Dinero**. Madri: Siglo Veintiuno, 1994. Cap. 4.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro Primeiro: Seção II, cap. 1 e 3.

MELLO, Sylvia Leser de (Org.). **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S.. **Banco Comunitário e Cooperativas de Crédito**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

_____. **PLIES – Plano Local de Investimento Estratégico:** uma metodologia para gerar trabalho em territórios de baixa renda. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2003.

_____. **O poder do circulante local:** A moeda social no Conjunto Palmeiras. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2005.

MENEZES, Melissa Silva. **Moedas sociais:** uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ ES, 2007. 128f. Belo Horizonte: Tese de mestrado no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 2007.

PACS – Instituto Políticas Alternativa para o Cone Sul (Org.). **Moeda Social e Trocas Solidárias:** experiências e desafios para ações transformadoras. Rio de Janeiro: PACS, 2005.

PÁTEO, Felipe. **Socializar o mercado ou desmercantilizar a sociedade:** os caminhos dos Empreendimentos Econômicos Solidários na busca pelo reconhecimento de seu trabalho. São Paulo: monografia, FEA-USP, 2008.

PAULANI, Leda. **Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito.** São Paulo: Tese de Doutorado, FEA-USP, 1991.

_____. A objetividade dinheiro: Reflexões a partir do cap. III de “O Capital” de Marx. In: **Encontro Nacional de Economia**, nº 17, Fortaleza, Anais. Fortaleza: ANPEC, v. 1, p. 201-218.

_____. A Autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. Disponível em: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/72T.pdf>. Acessado em: 05/10/2010.

_____. Sobre dinheiro e valor: uma crítica às posições de Brunhoff e Mollo. **Revista de Economia Política**, vol. 14, nº 3 (55), julho-setembro de 1994.

Plenária Nacional de Economia Solidária, III, 2003, Brasília. Carta de Princípios da Economia Solidária. FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acessado em: 26/03/2010.

PRADO, Eleutério F. S. **Economia, Complexidade e Dialética**. São Paulo: Plêiade, 2009.

PRIMAVERA, Heloísa. Moeda Social. In: A Cattani (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

Rede de Bancos Comunitários. **Banco Comunitário: Serviços financeiros solidários em rede**. Fortaleza: 2006.

RIBEIRO, Cristina Tauaf & CARVALHO, Carlos Eduardo. **Do microcrédito às microfinanças**. São Paulo: Editora PUCSP, 2006.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

ROTTA, Tomas Nielsen. **Dinheiro inconversível, derivativos financeiros e capital fictício**: a moderna lógica das formas, 204 f. São Paulo: Tese de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, 2008.

SCHRAVEN, J. Mutual credit systems and the commons problem: why community currency systems such as lets need not collapse under opportunistic behaviour. **International Journal of Community Currency Research**, Oxford, UK, v. 5, 2001. Disponível em: [http://www.uea.ac.uk/env/ijccr/abstracts/vol5\(4\)schraven.html](http://www.uea.ac.uk/env/ijccr/abstracts/vol5(4)schraven.html) Acessado em: 03/11/2010.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, C.L.B. **Moeda Social**: Uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. 252 f. Florianópolis: Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) **John Maynard Keynes**: economia. São Paulo: Ática, 1984.

VIEIRA. Fabiano Mourão. **Coerência e Aderência da Economia Solidária**: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul, 2005. 456 f. São Paulo: Tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, 2005.

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Resultados das ações feitas pelo Banco Palmas nos últimos 5 anos. (Fonte: Banco Palmas)

AÇÕES	FONTE	2005	2006	2007	2008	2009
Carteira de Crédito em Reais	Banco Popular do Brasil	50.000	120.000	250.000	530.000	700.000
Carteira de Crédito em Palmas	Banco Palmas	3.000	10.000	20.000	25.000	36.000
Inadimplência da carteira de crédito (palmas e reais) acima de 30 dias	Banco Palmas	1,0%	1,8%	2,0%	1,3%	2,5%
Número de pessoas atendidas com crédito produtivo (em reais)	Banco Popular do Brasil e Instituto Palmas	70	97	170	310	490
Número de pessoas atendidas com crédito para o consumo (em palmas)	Banco Palmas	70	97	170	310	340
Número de operações realizadas pelo correspondente bancário	Banco Popular do Brasil e Instituto Palmas	40.000	80.000	95.000	110.000	130.000
Número de empreendimentos que aceitam a moeda palmas	Banco Palmas	90	99	130	180	240
Postos de trabalho gerados (formal e informal)	Banco Palmas	40	69	110	180	160
Jovens que receberam capacitação profissional	Instituto Palmas	90	340	420	860	560
Mulheres em situação de risco atendidas (Projeto Incubadora Feminina)	Banco Palmas	40	40	20	0	25
Prêmios recebidos	Instituto Palmas	0	0	2	3	2
Feiras realizadas na comunidade (em média 25 produtores)	Banco Palmas	26	22	28	17	14
Venda na Loja Solidária - anual (em reais)	Banco Palmas	Não se aplica	25.000	53.000	76.000	55.000
Consultores Comunitários treinados (jovens treinados para trabalharem no Banco Palmas)	Instituto Palmas	Não se aplica	25	10	0	13
Reuniões do FECOL realizadas	Instituto Palmas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	15	22
Alunos formados pela Escola Cooperativa Palmas (cursinho pré-vestibular)	Instituto Palmas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	40	80

ANEXOS



Foto moeda social Vista Linda



Foto moeda social Sampaio



Foto moeda social Santana



Foto moeda social Terra



Foto moeda social Castanha



Foto moeda social Sol



Foto moeda social Ita



Foto moeda social Cactos



Foto moeda social Ibaré



Foto moeda social Serra